
FRAGMENTE
REVISTA ESCOLAR DE FILOSOFIA E PSICOLOGIA
MAIO 2019
Publicação Anual Nº 11 - Maio 2019 - Preço: 2€ - ESMA VC - ISSN 2182-6323

Publicação Anual - Maio de 2019


Inês Relvas

FRAGMENTE

Revista Escolar de Filosofia e Psicologia

Ficha Técnica

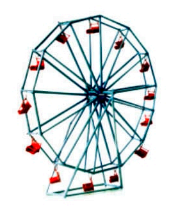
Colaboram neste Número:

Aayush Sapkota, Alexandre Castanheira, Alin Magar, Amiel Viray, Beatriz Pereira, Beatriz Ribeiro, Francisco Oliveira, Francisco Rebelo, Frederico Rose, Joana Oliveira, João Ribeiro, Julia Herold, Leonor Appleton, Maria Fernandes, Mariana Gonçalves, Mariana Isidoro, Mariana Pestana, Mariana Azevedo, Nicole Santos, Sofia Pereira e Yago Shardon Morais.

Imagens: Adriana Proença, Afonso Araújo, Alice Derriça, Alanna Gonçalves, Ana Filipa Costa, Ana Sofia Figueira, Ana Velez, Anabela Rodrigues, Ângela Aguiar, Beatriz Borges, Beatriz Ramos, Beatriz Sevilha, Beatriz Trindade, Bernardo Torres, Caprio Costa, Cláudia Cruz, Cláudia Grilo, Catarina Pinto, Catarina Rufino, Cristiano Santos, Daniela Afonso, Diana Gonçalves, Ema Gonçalves, Filipa Vilhena, Gabriella Perruno, Inês Martins, Inês Relvas, Isabel Gomes, João Mota, Laura Rua, Lourenço Vilas Boas, Luna Pereira, Maria Francisca Timóteo, Maria Inês Lacerda, Maria Leonor Sousa, Marta Bueno, Matilde Shaw, Pedro Barreiros, Raquel Alfaiate, Raquel Belmonte, Rita Silva, Sophia Melo, Sofia Queiroga Nogueira, Talita Mendes, Teresa Lozano, Tomás Carvalho, Vasco Lopes e Vinicius Jardim

Capa
Imagem obtida a partir de uma sequência de colagens digitais elaboradas por Pedro Barreiros.
Contracapa: Colagem digital de Maria Inês Lacerda
Fotografias e Grafismo: João Soares Santos

Redação: Rua Rodrigo da Fonseca, 115 - 1099-069 Lisboa - Tel. 21 384 19 10 / 21 384 19 18 - **Fax:** 21 386 39 85 **E-mail:** esmavc@mail.telepac.pt


Isabel Gomes

Sumário


Ana Velez e Beatriz Borges

Direção:
Grupo de Filosofia
da Escola Secundária
Maria Amália Vaz de Carvalho

Editor:
Francisco Oliveira

Coordenação:
Grupo de Filosofia
da Escola Secundária
Maria Amália Vaz de Carvalho

Impressão: Gráfica Digital ARP, Rua Jacinta Marto, 6A -1150-191 Lisboa
Tel. 214 095 139 e-mail: graficadigitalarp@gmail.com
Tiragem: 100 Exemplares



Teresa Lozano



Ana Filipa Costa

Daniela Afonso

Catarina Rufino e Teresa Lozano

FragmentApresentação

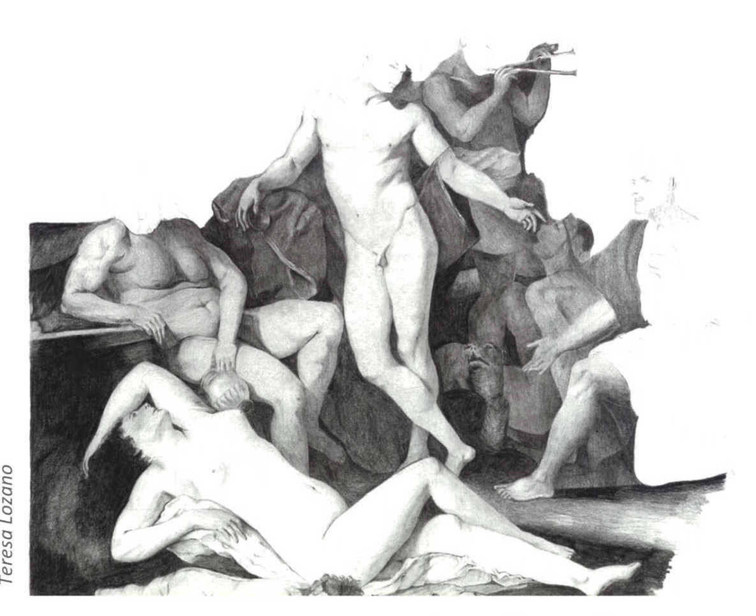
Animem-se, a Fragmente está de volta! Graças aos professores de Filosofia e Psicologia, que não se demitem da sua vocação para formar espíritos críticos, e a alguns dos seus alunos, os que aceitaram o desafio e merecem ver os reflexos das reflexões que fazem nas páginas que seguem. Aos alunos de artes também, sob a batuta do seu professor, porque ilustraram os artigos dos seus colegas. Há sempre a retaguarda, evidentemente. A Escola, funcionários incluídos, que se orgulha da sua revista. A Associação de Pais, que se orgulha de ter os seus filhos na nossa Escola. E a Junta de Freguesia de Campolide, pois claro, que desde sempre olhou para o nosso espaço como exercício de verdadeira cidadania.

Os artigos propriamente ditos, esses, seguem as preocupações dos respetivos autores. Tanto se ocupam de problemas típicos das sociedades contemporâneas, como se preocupam com tradições ancestrais cujos vestígios chegam até hoje. Em todos a mesma linha editorial: direitos, muitos direitos, algumas liberdades e nenhuma garantia. A garantia de que permanecerão ilesos e indiferentes, por exemplo, depois de pararem e pensarem sobre o que cada um vos propõe. Se assim for, se saírem diferentes da sua leitura, por um fragmento que seja, como esperamos, damos o projeto por bem sucedido!

Em relação às ilustrações não há muito a dizer, falam por si mesmas. Apreciem-nas simplesmente, diletantemente. Apreciem-nas e estabeleçam relações entre elas, entre elas e os artigos também. Se o fizerem, se estabelecerem relações, muitas relações, depois das primeiras as segundas, e depois destas outras menos óbvias à primeira vista, aí sim, damos uma garantia. A garantia de que estarão a criar sinapses - ou não fosse esta uma revista de Psicologia também! -, com as sinapses a de que estão a exercitar o cérebro, com o exercício cerebral a de que estão a pensar, com o pensamento a de que ganham consciência da realidade em que vivem e com a tomada de consciência da realidade em que vivem, por fim, a garantia de que muito provavelmente se tornarão melhores cidadãos.

Bom proveito!

F.O.


Teresa Lozano


Raquel Belmonte

O que é a Filosofia?

Cada filósofo define a Filosofia a partir da sua própria conceção .

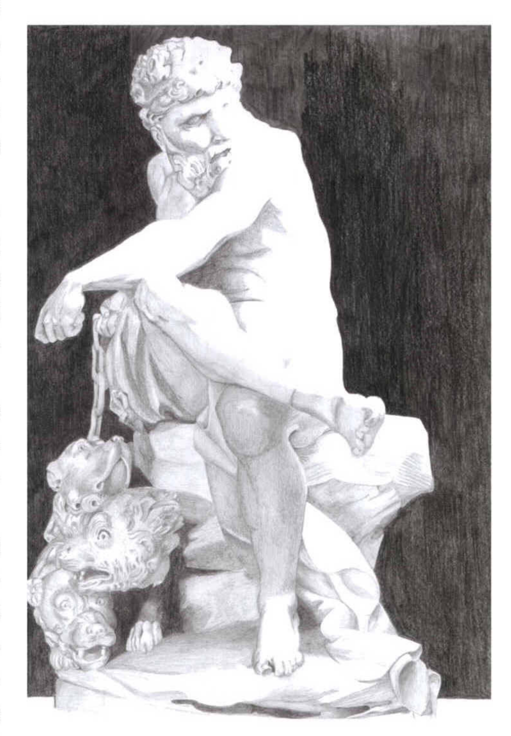
Yago Shardon Morais

Para se entender o conceito da Filosofia, primeiro vamos olhar para o significado etimológico da palavra "Filosofia". Usada pela primeira vez por Pitágoras, deriva de duas raízes: Filos = amigo, o que gosta, o que ama, e Sofia = sabedoria. Portanto, a Filosofia significava para os primeiros filósofos gregos o amor à sabedoria. Filósofo é, segundo o significado etimológico, aquele que ama, que gosta e, portanto, procura a sabedoria.

O filósofo é assim habituado, pelo desejo insaciável que o motiva, a procurar a sabedoria. A "Sofia", ou sabedoria, estava reservada aos deuses. Ao homem restava-lhe a humildade de a procurar. Julgar-se ou afirmar-se sábio é um sinal de pouca sabedoria. Foi essa lição que Sócrates nos deixou. A sua célebre frase "Só sei que nada sei" manifesta a sua humildade e significa que a ignorância autoconsciente é superior ao falso saber do todo.

Em relação à sua definição, não há unanimidade, uma vez que há uma quantidade incalculável de propostas e nenhuma delas pode ser considerada categoricamente como certa ou errada. A Filosofia foi-se realizando ao longo da história. Cada filósofo define a Filosofia a partir da sua própria conceção .

A primeira dificuldade da definição de Filosofia está, de facto, enraizada na falta de neutralidade de quem a define, ou seja, definir Filosofia é tomar partido, é optar por uma perspetiva filosófica. Por isso o conceito de Filosofia, o objeto da Filosofia, as finalidades a que se propõe, o método utilizado, bem como os escritos, tudo isso varia de filósofo para filósofo, de um filósofo marxista para um existencialista ou tomista. Por outras palavras, há diferentes conceções e definições de Filosofia, há diferentes escolas filosóficas e isso faz com que a resposta à pergunta "O que é a Filosofia?" seja o primeiro grande problema para a Filosofia.


Lourenço Vilas Boas



Anabela Rodrigues



Ana Filipa Costa

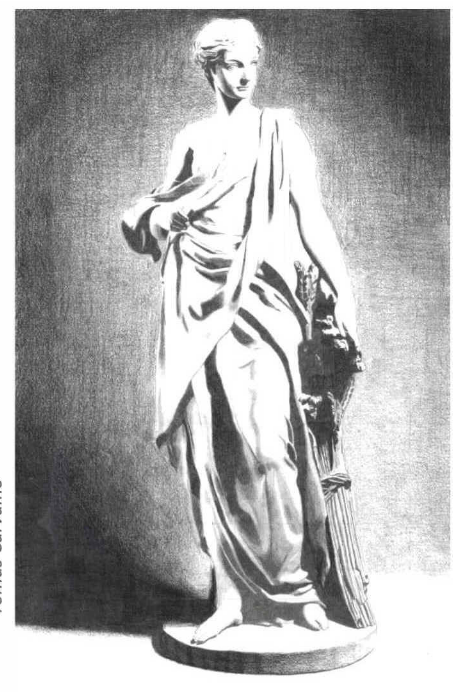


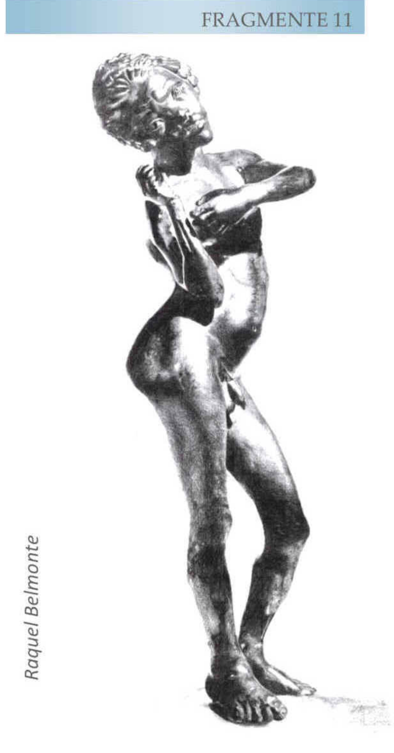
Teresa Lozano

Os filósofos profissionais debatem entre si o problema "O que é a Filosofia?", enquanto o homem comum, sem nunca se ter preocupado muito com essa questão, não fica impedido de, também ele, filosofar. O homem comum normalmente reflete e pensa sobre os problemas que a vida lhe coloca. Alguns desses problemas podem ser filosóficos, mas a sua reflexão sobre esses problemas é pontual, pouco profunda e pouco crítica. A sua filosofia é influenciada pelo meio em que vive e expressa-se nos ditados populares, nas crenças, na ideologia, na religião, na linguagem, etc. Por este sentido, nenhum homem pode fugir à Filosofia. O homem é naturalmente filósofo, ainda que não saiba definir Filosofia. A Filosofia dos filósofos profissionais é diferente: é académica, mais crítica, mais rigorosa, mais elaborada e organizada. A exigência deste tipo de filósofos é mais técnica. É necessário articular de modo coerente o pensamento e fundamentá-lo.

A sabedoria a que a Filosofia aspira é essencialmente a de "saber viver" e a do "conhecimento". O conhecimento visa aprender a distinguir o verdadeiro do falso, o real do aparente. A sageza pretende, servindo-se do conhecimento, orientar e guiar o homem na sua vida, ensiná-lo a bem viver. O conhecimento que a Filosofia tem em vista é o conhecimento racional e não o mero conhecimento sensorial. A Filosofia não se contenta com o saber "o quê", nem com o saber "como", mas quer saber o "porquê".


Sofia Queiroga Nogueira


Tomás Carvalho


Raquel Belmonte

O Mito do Cocheiro de Platão

Segundo Platão, a felicidade só pode ser alcançada se formos capazes de dominar os nossos sentimentos pela razão.

Joana Oliveira e Nicole Santos

Platão viveu entre 427 a.C. e 347 a.C. e foi um filósofo e matemático grego do período clássico da Grécia Antiga. Pertencia a uma das mais nobres famílias de Atenas. Como todo o aristocrata da época, recebeu educação especial, estudou leitura e escrita, música, pintura, poesia e ginástica.

O nome próprio de Platão era supostamente Aristocles, mas recebeu o sobrenome ou alcunha de "Platão" que em grego significa "ombros largos". Por tradição de família, Platão desejava dedicar-se à vida pública e fazer uma brilhante carreira política, como descreveu em uma de suas muitas cartas.

Platão, no princípio do mito que aparece na sua obra «Fedro», divide a alma em três partes: dois cavalos e o cocheiro. Um dos cavalos é mau e o outro é bom. O cavalo bom tem o corpo harmonioso e bonito, cor branca e olhos pretos, ama a honestidade. O cavalo mau, por outro lado, é torto e disforme, segue um caminho sem firmeza e aparenta cor preta. Enquanto o cavalo bom representa a vontade, o querer e a força interior, o mau representa os instintos, as inclinações e está mais virado para o mundo sensível. O cocheiro significa a razão, a lógica, a argumentação, a racionalidade, logo o mundo inteligível.

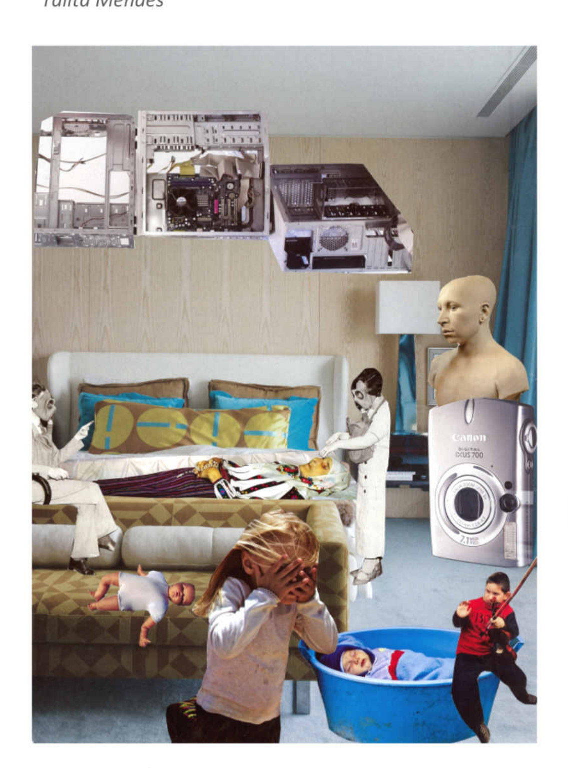

Alanna Gonçalves





Maria Francisca Timóteo

Talita Mendes



Catarina Rufino

Platão afirma que não podemos ser felizes quando somos dominados pelo apetite sexual e pela cólera. Porque as paixões nos conduzem sempre por caminhos perigosos e contraditórios e fazem com que os desejos e impulsos violentos do nosso corpo nos afastem do bom senso. A felicidade só pode ser alcançada se formos capazes de dominar os nossos sentimentos pela razão.

O indivíduo moderado é aquele que não cede às suas paixões, impulsos e prazeres. Dessa forma, seremos felizes se através da razão soubermos controlar a nossa vida, pois a virtude natural da razão é o conhecimento.

A sua filosofia é baseada na teoria que separa o mundo dos sentidos, mundo das ilusões, do mundo espiritual, mundo eterno, onde o que existe verdadeiramente são as ideias que só a razão pode conhecer.



Ema Gonçalves, Laura Rua e Maria Francisca Timóteo



Ana Filipa Costa



Beatriz Ramos

O problema do Livre-Arbítrio

Devemos ser responsabilizados pelos nossos atos?

Beatriz Ribeiro e Mariana Pestana

Levantar o problema do livre-arbítrio significa perguntar se temos controlo sobre o que se deseja e, consequentemente, se devemos ser responsabilizados pelo que fazemos. Para ser mais simples de entender iremos dar um exemplo:

Duas pessoas são apanhadas a roubar numa loja local. Uma é uma pessoa completamente normal, sem nenhum problema de saúde. A outra sofre de cleptomania, uma doença que causa uma vontade incontrolável de roubar. Devem ser ambos presos?

Divida-se o problema em duas partes:

1ª Parte - Temos controlo sobre a nossa vontade (livre-arbítrio) ou esta é determinada por causas externas sobre as quais não temos controlo?

É sabido que são vários os fatores que condicionam a ação: as leis da física; causas genéticas (características físicas, comportamentais e psicológicas); fatores socioculturais; o inconsciente; as circunstâncias da vida.

A questão que se coloca é: será que estas condicionantes nos influenciam totalmente ou parcialmente?

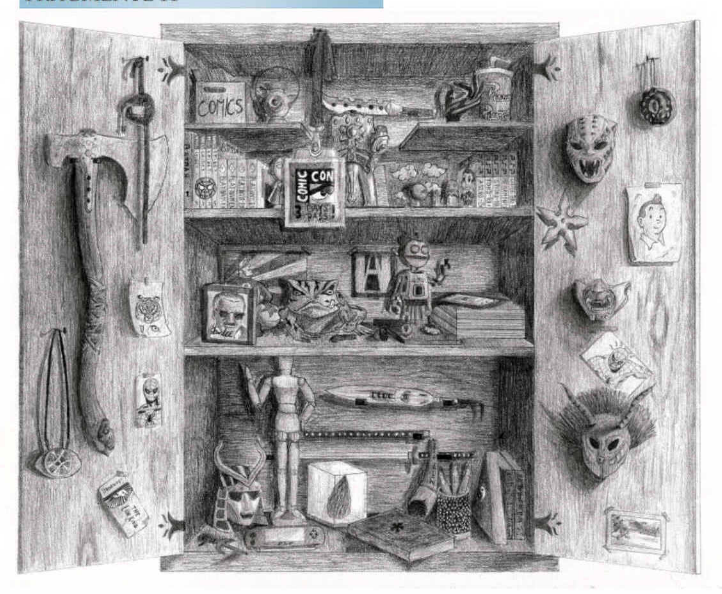
Segundo a lei da causalidade, dadas certas circunstâncias e dadas as leis da natureza produzem-se sempre os mesmos efeitos. Na natureza tudo resulta do estado atual das coisas e das leis que a governam. Sendo assim, se os seres humanos fazem parte da natureza então também o comportamento humano é pré-determinado. É esta a tese defendida pelo determinismo: se tivermos completo conhecimento das circunstâncias da ação e o completo conhecimento das leis da natureza podemos prever totalmente o comportamento do ser humano.



Bernardo Torres



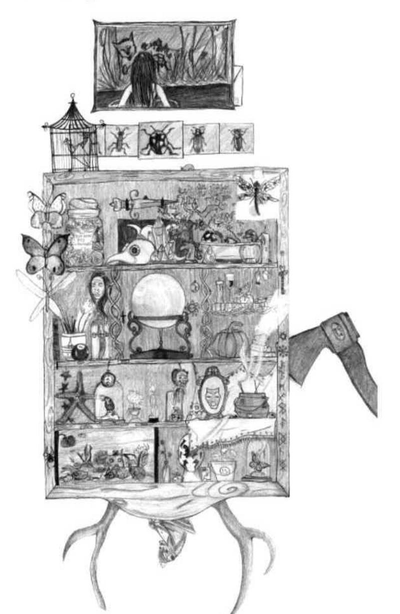
Isabel Gomes e Maria Inês Lacerda



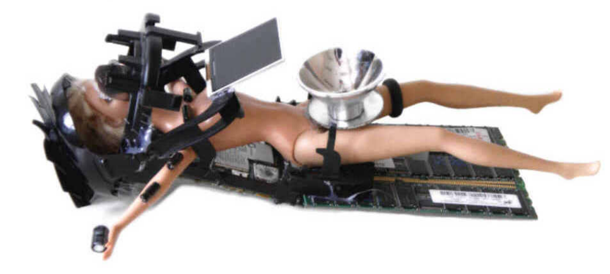
Vasco Lopes



Filipa Vilhena



Alanna Gonçalves



Catarina Rufino

Muitas vezes as pessoas confundem determinismo com fatalismo, embora não sejam a mesma coisa. O fatalismo corresponde à Ideia segundo a qual podem acontecer ações que desafiam as leis da causalidade, como se estivessem destinadas. Segundo o determinismo, por sua vez, não podem acontecer ações que desafiam as leis da causalidade.

Apesar de haver um princípio básico de determinismo, existem dois tipos de deterministas:

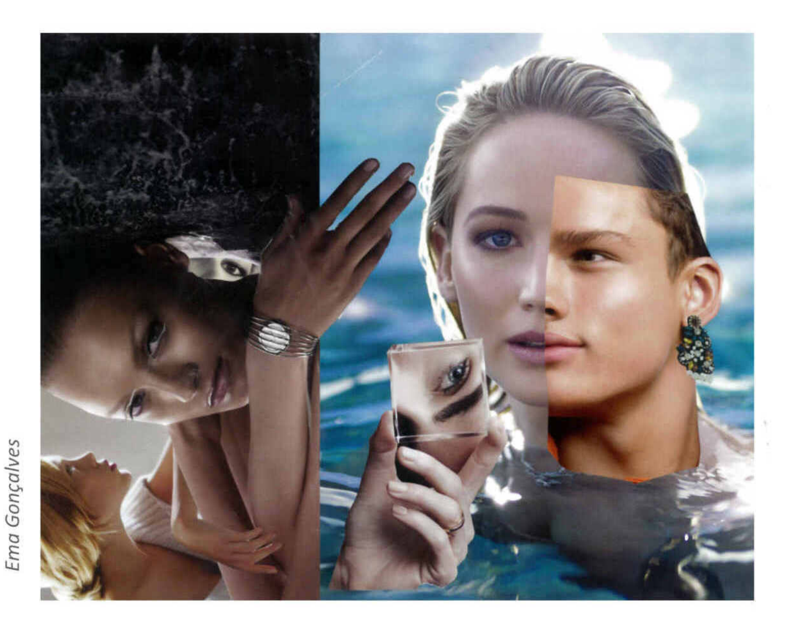
Os moderados, para quem as condicionantes da ação determinam inteiramente o que fazemos, embora possamos fazer escolhas genuínas, ou seja, temos livre-arbítrio. O que não acontece no caso do cleptómano, uma vez que se trata de um comportamento compulsivo, isto é, inevitável.

Os radicais, para quem as condicionantes da ação determinam inteiramente o que fazemos sem qualquer lugar para o livre-arbítrio. O que acontece em qualquer dos casos, no da pessoa saudável e no da doente.

Relativamente a este assunto ainda existe a teoria libertista: temos a capacidade de não nos deixarmos controlar pelas condicionantes da ação. De onde se conclui que o livre-arbítrio não é uma ilusão, isto é, perante várias opções não estamos pré-determinados a agir de nenhuma forma. O que acontece, apenas, no primeiro caso, o da pessoa saudável.

2ª Parte - Devemos ser responsabilizados pelos nossos atos?

Determinismo radical: Esta teoria diz-nos que todos os acontecimentos são determinados por causas anteriores e que por isso, admitindo que o determinismo é verdadeiro e não temos efetivamente livre-arbítrio, não devemos ser responsabilizados pelos nossos atos. Ou seja, nem no caso da pessoa saudável, cuja ação é a consequência inevitável de uma série de causas que a antecedem, nem no do cleptómano podemos atribuir responsabilidades.



Ema Gonçalves

Cláudia Cruz

Determinismo Moderado: Trata-se de uma teoria compatibilista segundo a qual determinismo e livre-arbítrio coexistem. Os seus defensores afirmam que mesmo que o determinismo seja verdadeiro e que tudo o que ocorre é realmente determinado por causas passadas, existe uma diferença entre desejar fazer algo e não poder fazê-lo e desejar fazer algo e poder fazê-lo. Quando desejamos fazer algo e nada nos impede somos livres e, portanto, devemos ser responsabilizados pelas nossas ações. O que não acontece, mais uma vez, no segundo caso.

Libertismo: Segundo esta teoria temos o poder de não nos deixarmos controlar pelas condicionantes da ação, o que nos faz tomar as decisões é a nossa mente. Como esta mente não é física, não obedece às leis da natureza. Ou seja, temos livre-arbítrio e por isso devemos ser responsabilizados pelos nossos atos. O que só deverá acontecer no primeiro caso, uma mente saudável.

Argumento contra o determinismo: O comportamento do ser humano é imprevisível. Por exemplo, se atirarmos uma rocha ao ar esta irá cair, já se tivermos um senhor gordo com um gelado na mão não podemos ter certeza de que este irá comê-lo, poderá oferecê-lo a alguém. Como o comportamento humano é imprevisível, podemos sempre agir de outra forma, logo controlamos a nossa vontade, temos livre-arbítrio.

Argumento contra o determinismo radical: Se o determinismo radical fosse verdadeiro não poderíamos ser responsabilizados. Poderíamos cometer um crime e os tribunais não nos condenariam, os pais deixariam de punir os filhos, os professores deixariam de elogiar os bons alunos e censurar os malcomportados, etc. Poderíamos desculparmo-nos de tudo.

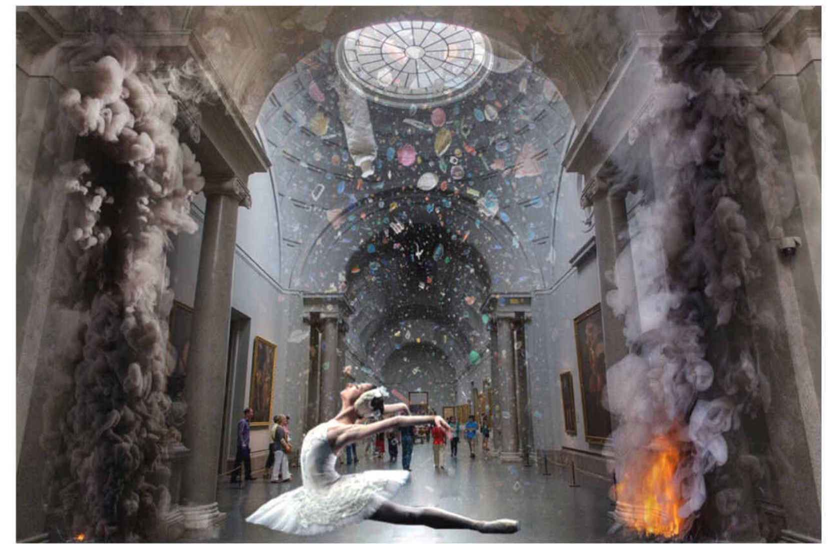


Alice Derriça e Beatriz Trindade

Argumento contra o libertismo: Se as nossas ações não são causadas, pelos nossos desejos e carácter, por exemplo, não faz sentido elogiar nem condenar ninguém, ao contrário do que os libertistas pretendem.



Inês Martins



Marta Bueno

Teorias sobre o livre-arbítrio

Somos livres ou estamos completamente determinados?

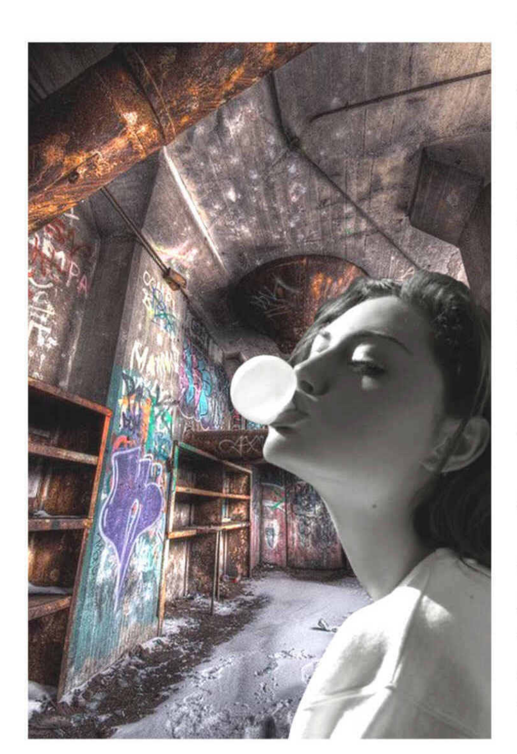
João Ribeiro

O livre-arbítrio é um problema central na História da Filosofia e coloca-se do seguinte modo: o livre-arbítrio existe ou não existe? Somos livres ou estamos completamente determinados?

Existem três perspetivas diferentes sobre o livre-arbítrio: Determinismo ou Determinismo Radical, Libertismo e Compatibilismo ou Determinismo Moderado. Cada uma destas perspetivas tem uma visão diferente sobre o problema .

O Determinismo defende que todas as nossas ações estão, de certa forma, determinadas por acontecimentos anteriores e pelas leis da natureza. Esta perspetiva é bastante forte pois todos nós acreditamos, pelo menos grande parte das vezes, que tudo tem uma causa. Por exemplo, se algum aparelho eletrónico que estejamos a usar deixar de funcionar sem razão aparente, iremos automaticamente exigir uma causa para esse acontecimento. Seria difícil aceitar a resposta de que, simplesmente, deixou de funcionar e de que a culpa não é de ninguém.

Esta perspetiva afirma também que não temos livre-arbítrio, pois se tudo está determinado por acontecimentos anteriores que não controlamos, não só não podemos ter livre-arbítrio como não podemos ser responsabilizados pelas nossas ações.

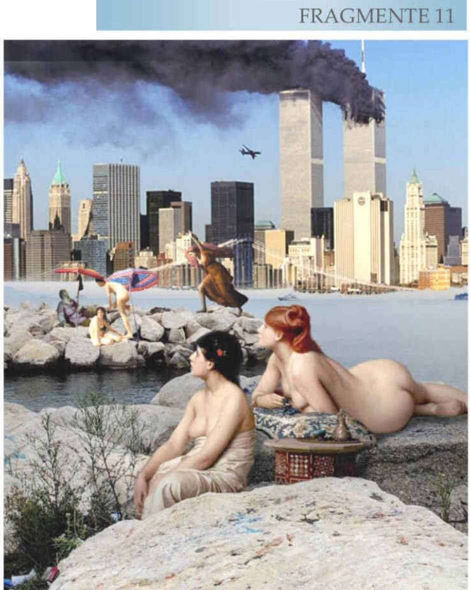


Marta Bueno

Consideremos a simples ação de pegar num objeto. Se o determinismo for verdadeiro, então esta ação é o resultado de acontecimentos anteriores e esses acontecimentos são, por sua vez, causados por outros ainda e assim sucessivamente até a um passado remoto sobre o qual não temos controlo. Por outro lado, se o determinismo for falso, esta mesma ação pode não ter causa, simplesmente aconteceu. Se esta ação aconteceu por acaso, então o agente não escolheu fazê-la, simplesmente deu por si a pegar nesse mesmo objeto. Logo, também não deve ser responsável pela sua ação uma vez que estamos perante o Indeterminismo.



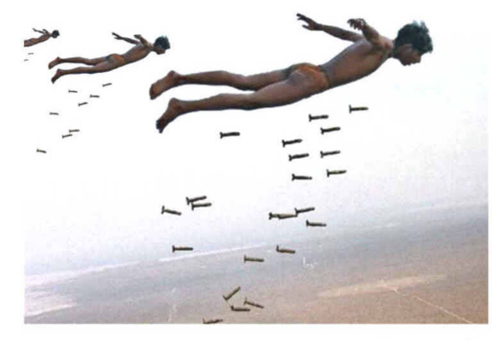
Filipa Vilhena



Daniela Afonso

Com isto concluímos que, quer seja o determinismo verdadeiro, quer seja falso, o que quer que seja que façamos não poderia ter sido feito de outra maneira.

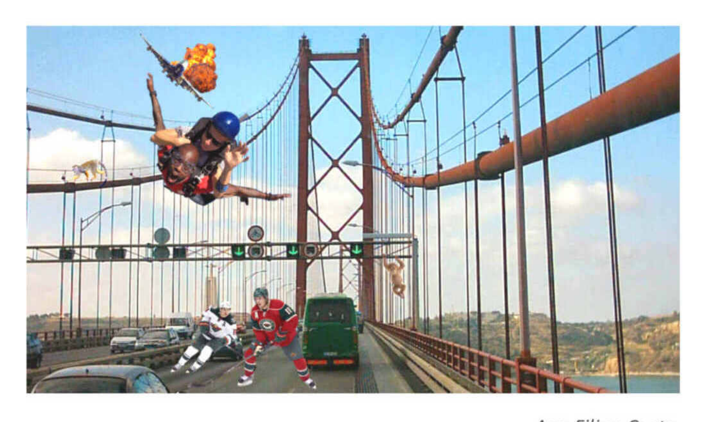
O Libertismo, por outro lado, afirma que temos livre-arbítrio e que existem ações livres e não acredita que as nossas ações sejam determinadas por acontecimentos anteriores e pelas leis da natureza. O libertista não tem de defender que todas as nossas ações são livres, pois a negação de «Nenhumas das nossas ações são livres» não é «Todas as nossas ações são livres», mas sim «Algumas das nossas ações são livres». Isto significa que o libertista também aceita que existam ações que não sejam livres, como por exemplo ações coagidas.



Afonso Araújo

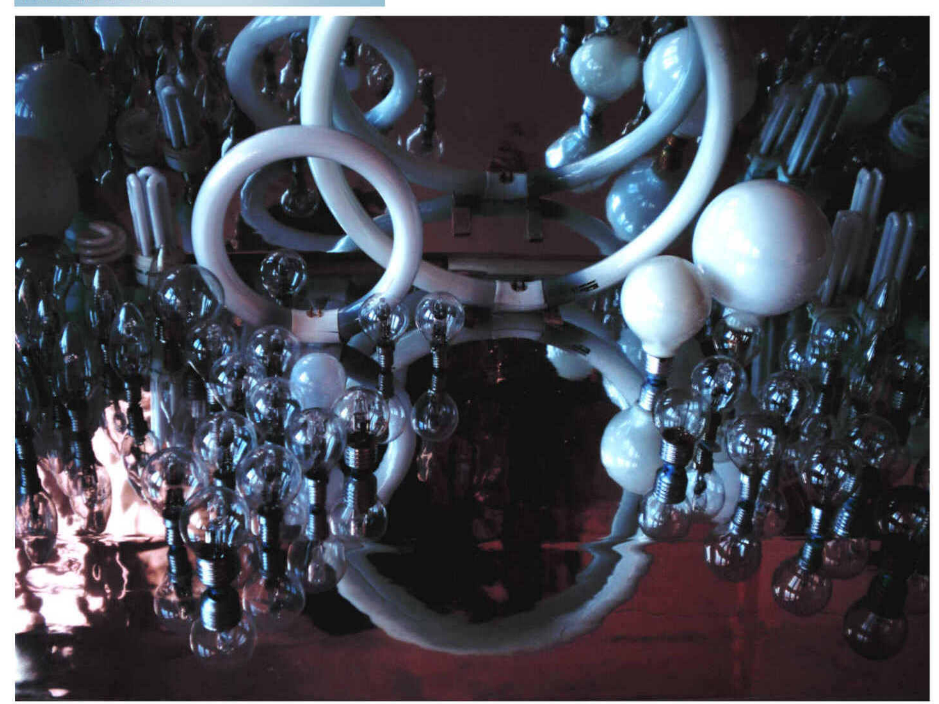
Suponhamos um caso hipotético de uma pessoa que é obrigada, por alguém que lhe é superior, a assaltar um homem e, se não o fizer, morrerá nas mãos do mesmo. Essa pessoa está claramente a ser coagida. Caso essa pessoa assalte o homem, essa ação não será livre, pois não houve intenção nem ponderação por parte do agente. Essa pessoa simplesmente não teve escolha.

Esta perspetiva, ao contrário do Determinismo, defende que, por vezes, agimos de certa maneira podendo não ter agido e que, por vezes, não agimos de certa maneira podendo ter agido. Isto é explicado pela capacidade de deliberação que nós temos uma vez que todos nós somos capazes de deliberar sobre um assunto e escolher a opção que nos parece mais viável, sem ninguém nos impedir de o fazermos.



Ana Filipa Costa

Outro argumento que o Libertismo apresenta para justificar a nossa liberdade é a responsabilidade. O determinista afirma que não podemos ser responsáveis pelas nossas ações, mas isso nunca acontece numa sociedade, pois todos nós somos responsabilizados por aquilo que fazemos, censuramos as pessoas caso se tenham comportado mal e admiramo-las caso se tenham comportado bem. Para que estas reações estejam justificadas parece necessário que as pessoas tenham livre-arbítrio.



Afonso Araújo



Beatriz Ramos e João Mota

Intenções e consequências: como decidir?

No dia 26 de Abril, no Salão Nobre da nossa escola, várias turmas, acompanhadas pelos seus professores, tiveram oportunidade de discutir os mecanismos psicológicos e os critérios valorativos que se escondem por detrás de cada decisão.

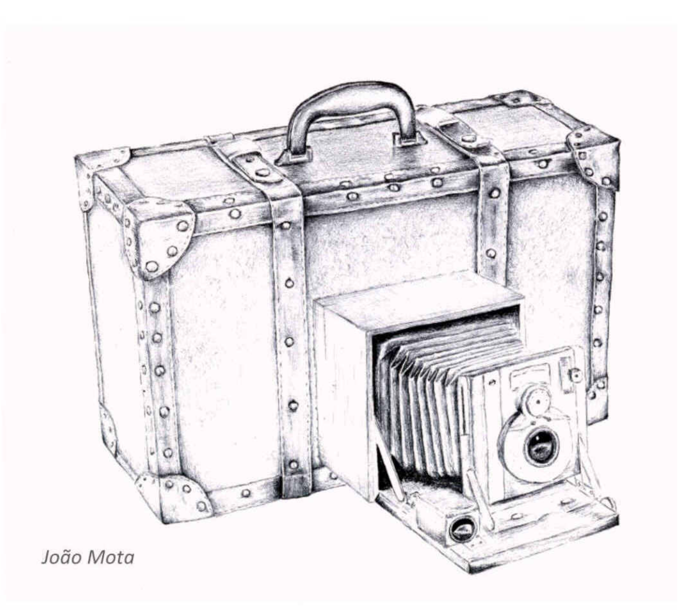


Raquel Belmonte

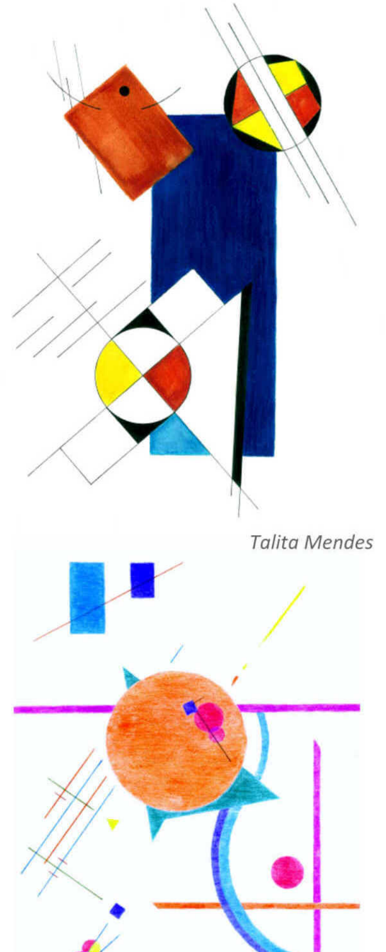
Francisco Oliveira

A "Aula Aberta", assim se chamou à iniciativa, começou com o visionamento da aula inaugural do curso de Filosofia Política que Michael Sandel orienta em Harvard. Uma aula em que o filósofo explora dois casos práticos, o famigerado caso do elétrico e outro não menos humorado, em que se coloca a questão da legitimidade do sacrifício de uma vida perante a possibilidade de salvar outras cinco. Em ambos os casos, um pretexto para apresentar as linhas gerais da filosofia moral de Kant e Stuart Mill, respetivamente, duas das estrelas que compõem a lista de autores lidos ao longo do seu curso.

Embalados pelo vídeo, de forma a enquadrar a questão no trabalho que desenvolvem nas aulas com os respetivos professores de Filosofia, os alunos seguiram a explicação das ideias que Michael Sandel esboçou a propósito daqueles autores. A ideia de uma ética intencionalista ou deontológica, falamos de Kant, que confere prioridade ao dever puro independentemente das consequências da nossa ação. E a de uma ética consequencialista, o utilitarismo de Mill, que nos liberta de deveres universais a priori e nos compromete com situações particulares que exigem soluções igualmente particulares, de modo a proporcionarmos a maior felicidade possível ao maior número de pessoas possível.



João Mota



Talita Mendes

João Mota

Feita a explicação, de modo a eliminar a ideia de que estamos em presença de duas alternativas que se excluem, como se dois clubes rivais se tratasse, confrontámo-las com o caso da Eutanásia Voluntária, o mesmo é dizer com a situação em que se ajuda a morrer uma pessoa que admite não ter condições para continuar a viver e pede conscientemente isso mesmo, que a ajudem a morrer. Verificámos, por exemplo, que se é fácil imaginar uma situação em que todos faríamos o mesmo, sem qualquer contradição, como propõe Kant – "Age de tal modo que possas converter a máxima da tua ação numa lei universal da natureza." – o mesmo já não aconteceria se nos concentramos na segunda versão do seu imperativo – "Trata as pessoas como um fim em si mesmo, nunca como um meio." -, uma vez que muito provavelmente estaríamos a tratar o moribundo não como um fim em si mesmo, mas como meio para alcançar outro fim, acabar com o sofrimento.

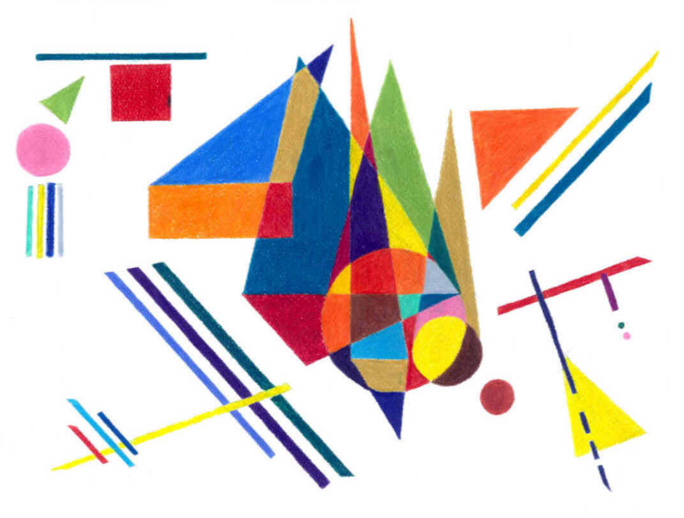
O mesmo em relação a Stuart Mill, a mesma hesitação. Se, por um lado, é relativamente fácil compreender que a eutanásia, embora não traga felicidade a ninguém, poderá pôr termo à infelicidade do moribundo e muito provavelmente à da família. Por outro, constatámos que não é fácil medir a felicidade e a infelicidade, além de que jamais estaremos em condições de prever todas as consequências das nossas ações.



Inês Martins



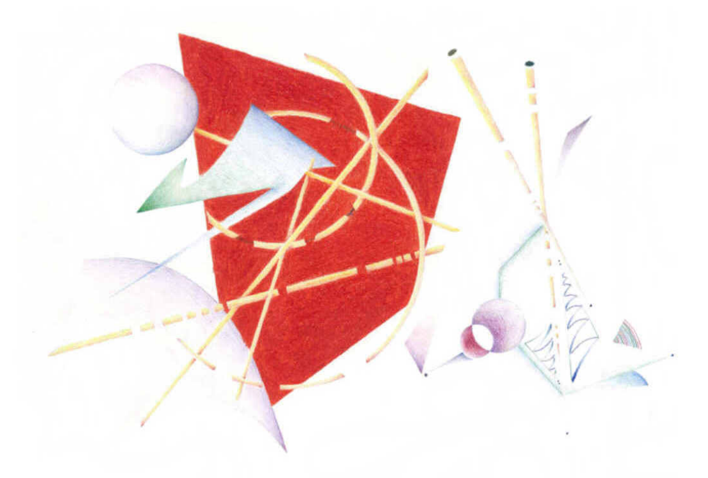
Pedro Barreiros



Teresa Lozano

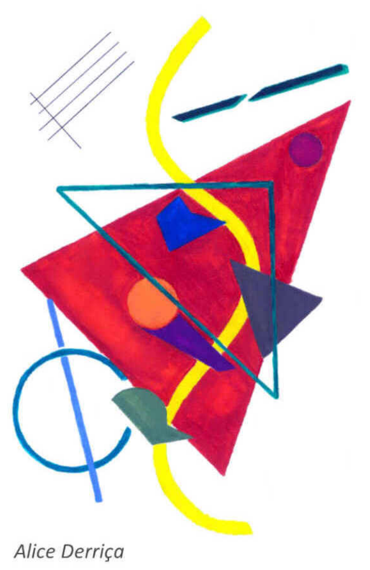


Isabel Gomes



Maria Inês Lacerda

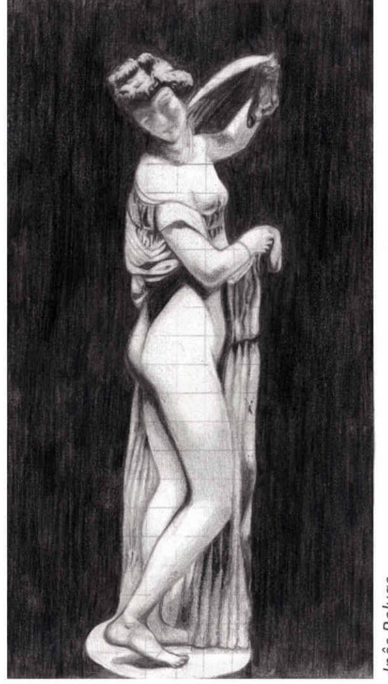
De seguida, exploradas as fraquezas daquelas teorias, discutimos situações menos sensíveis, embora igualmente complexas. Como, por exemplo, se seria nosso dever esconder do nosso melhor amigo, ainda terrivelmente apaixonado, que tínhamos encontrado a sua ex-namorada aos beijos com outro rapaz. Foi então que se denunciaram os primeiros kantianos: "Sim, claro, a verdade acima de tudo. O nosso dever com os nossos amigos é contar sempre a verdade. Além de que isso o ajudaria a esquecê-la!". Ao que reagiram os utilitaristas convictos: "Que disparate! O que é que isso ia adiantar? Só lhe faria pior!". Outros ainda, nem intencionalistas nem consequencialistas, acrescentavam: "O que é que ele tem a ver com a nova vida da rapariga?" Boa questão, não é? Pois é… foi assim, neste tom descontraído, que se fez eco das últimas palavras da lição de Michael Sandel, onde tudo isto tinha começado: "A Filosofia ensina-nos e perturba-nos confrontando-nos com aquilo que já sabemos. Funciona tirando o que sabemos de um ambiente familiar e aceitável, tornando-o estranho. É irónico. É assim que os exemplos por onde começámos, entre o seu humor e seriedade, funcionam. A Filosofia afasta-nos do familiar, não fornecendo novas informações, mas convidando e provocando uma nova maneira de ver."



Alice Derriça

Por fim, ou não fosse a Eutanásia um problema premente das sociedades contemporâneas, muito particularmente da sociedade portuguesa, que ainda há pouco tempo viu a Assembleia da República inviabilizar uma tentativa para a sua legalização, assistimos à cena final de "Mar Adentro", um filme de Alejandro Amenábar sobre o problema. Uma cena tão brilhante quão comovente em que Javier Barden, no papel de Ramon Sampedro, o caso real que dá origem ao filme, fala para uma câmara assumindo a sua vontade e desresponsabilizando os amigos que o ajudaram a morrer após mais de vinte anos de vida forçada. Um caso, acrescente-se, que fez correr muita tinta pelos tribunais espanhóis e que muito provavelmente inspirou alguns legisladores nos países em que a questão já se encontra legalmente enquadrada. Como acontecerá, mais tarde ou mais cedo, no nosso país. Oxalá!


Filipa Vilhena


Inês Relvas


Luna Pereira

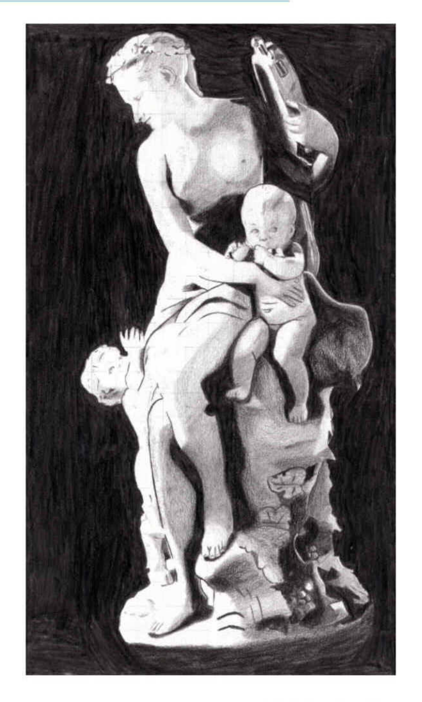
O Utilitarismo de John Stuart Mill

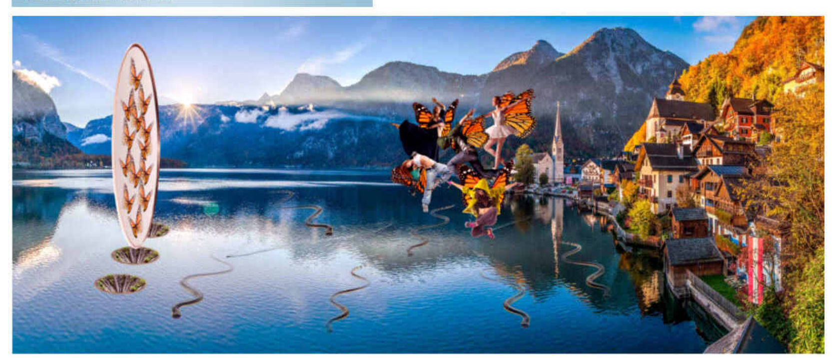
Mill defendeu ideias tão polémicas para a sua época que chegou mesmo a ser preso por apoiar abertamente o uso de métodos contracetivos.

Beatriz Pereira

O filósofo britânico John Stuart Mill foi um dos mais influentes filósofos do século XIX e um dos maiores defensores do utilitarismo, que é um tipo de ética consequencialista. Nascido a 20 de maio de 1806 e falecido a 8 de maio de 1873, foi o primeiro filho do filósofo escocês James Mill. John foi uma criança-prodígio, pois já lia em diversas línguas ainda estava na escola primária. Teve uma educação rigorosa dada pelo seu pai e com a assistência de Jeremy Bentham. James Mill pretendia que o filho assegurasse o utilitarismo e a sua implementação após a sua morte e a morte de Bentham. Devido a toda esta forma de educação na infância e adolescência são notórias as influências de Jeremy Bentham e outros filósofos. Mill defendeu ideias tão polémicas para a sua época que chegou mesmo a ser preso por apoiar abertamente o uso de métodos contracetivos.

A obra de J. S. Mill engloba bastantes traços, mas tem como mais relevantes o hedonismo grego, influência de Bentham onde se considera o utilitarismo mais individualista (egoísta) e hedonista (do grego hedoné = prazer), e o empirismo inglês, influência de John Locke e David Hume no que diz respeito à valorização das sensações e das experiências. O Empirismo Inglês baseia-se bastante na célebre frase de Aristóteles «Nada está no intelecto sem que primeiro tenha estado nos sentidos».


Vinicius Jardim



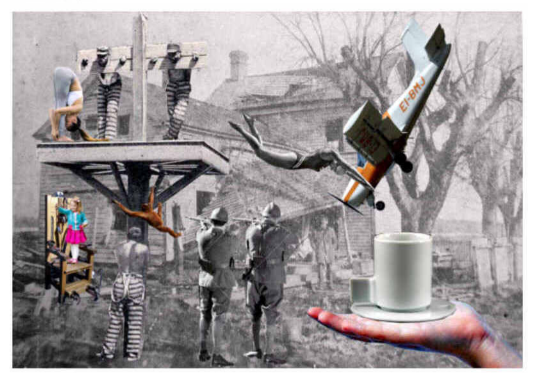
Maria Francisca Timóteo

A ética utilitarista de J. S. Mill é caracterizada principalmente por uma linha hedonista, ou seja, pretende sempre gerar as melhores consequências para o maior número possível de agentes e daí ser caracterizada pelo prazer. Esta ética tem como principal princípio o Princípio da Maior Felicidade que defende que a ação moralmente correta é aquela que maximiza a felicidade para o maior número possível de pessoas. É neste princípio que se baseia toda esta ética.



Laura Rua

John Stuart Mill foi dos primeiros filósofos que não explicou o que é moralmente correto ou incorreto através, por exemplo, de Deus, como era feito por outros filósofos, e por isso surgiram bastantes críticas e objeções às suas ideias. Para se defender de todas as críticas que estavam a surgir, procurou primeiramente explicar o que era a felicidade, distinguindo assim os Prazeres Superiores que são aqueles que têm mais valor, tal como o pensamento, o sentimento e a imaginação, dos Prazeres Inferiores que são os que não têm tanto valor, tais como a satisfação das necessidades físicas. Definindo assim uma explicação para o conceito de Felicidade, que se entende como estado de prazer e ausência de dor, e definindo também o antónimo da felicidade, a infelicidade, que se entende como estado de dor e ausência de prazer. Para garantir a maximização da felicidade é necessário atingi-la de forma imparcial, impedindo assim que existam influências nas escolhas.



Ema Gonçalves

A ética utilitarista de J. S. Mill também é baseada numa argumentação não persuasiva, afirmando-se assim ter o mérito da simplicidade, pois apenas se foca no prazer e na dor, que são geralmente vistos como coisas simples. Tem também o mérito do naturalismo, pois apenas se baseia na dimensão real da vida, neste caso no prazer e na dor que é algo bastante presente na vida de todos nós. Por último, tem o mérito de pesar o prazer e dor, pois como apenas se baseia nisso, as escolhas tornam-se mais fáceis porque apenas se visa a felicidade, não existindo assim conflitos de valores. Embora tenha sido uma das éticas mais apreciadas na sua época, foi bastante criticada.



Teresa Lozano



Alice Derriça

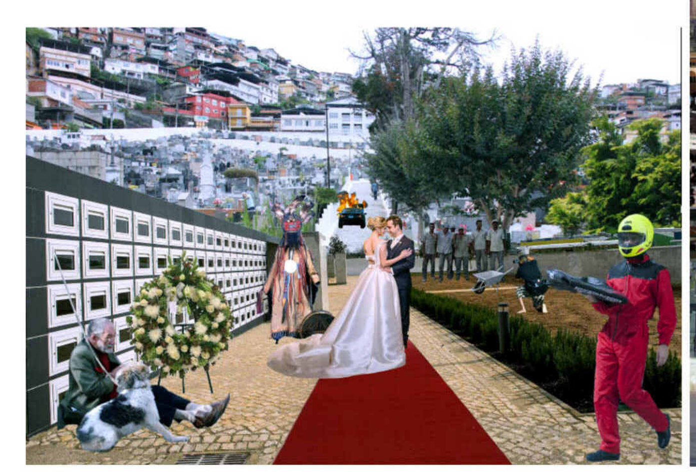


Sophia Melo

Uma das objeções foi a da máquina das experiências, onde os críticos afirmam que esta ética se engloba numa dimensão que não é real, pois os críticos consideram que a realidade e a autonomia são valores mais importantes que a felicidade. Como esta ética visa sempre a felicidade, por vezes passa por cima de outros valores como o valor da justiça que é esquecido para que a felicidade alcance o maior número de pessoas, mesmo que isso seja injusto para outras – objeção da justiça. Isto também leva a que algumas vezes a integridade de alguém seja ofendida ou esquecida em nome do bem comum, e pelos críticos isso já não é considerado moralmente correto – objeção da integridade. Por último é também colocada a objeção do cálculo, em que é criticada a dificuldade que pode surgir na escolha para maximizar a felicidade, sendo também difícil prever as consequências das ações.



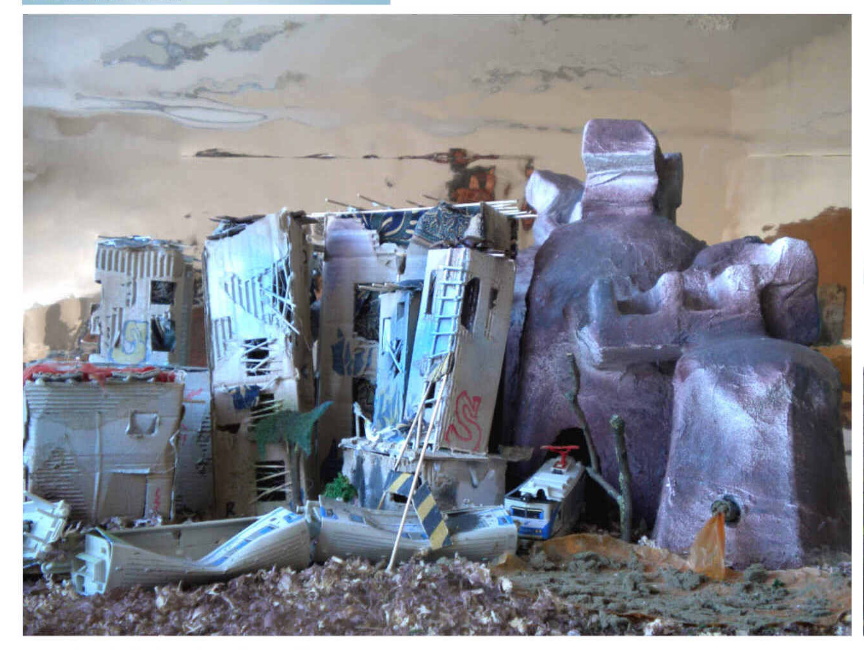
Ângela Aguiar e Beatriz Sevilha



Catarina Rufino



Maria Inês Lacerda



Beatriz Trindade e Catarina Rufino



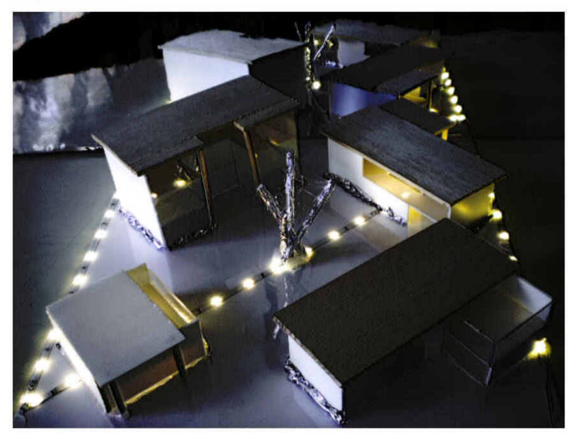
Ana Filipa Costa

O Princípio da Maior Felicidade segundo John Stuart Mill

Mill defende que a felicidade consiste no prazer e na ausência de dor.



Sophia Melo



Anabela Rodrigues, Talita Mendes e Raquel Alfaiate

Mariana Isidoro

O utilitarismo de John Stuart Mill é um tipo de ética consequencialista e defende, por isso, que a ação moralmente correta é a que produz as melhores consequências para o maior número de pessoas. O princípio básico do utilitarismo é, então, o princípio da maior felicidade ou princípio da utilidade e pode ser definido deste modo:

> A ação moralmente certa é aquela que maximiza a felicidade para o maior número de pessoas.

O princípio deve ser sempre imparcial, pois a felicidade de cada um não conta mais que a felicidade de qualquer outra pessoa. O utilitarismo de Mill contrasta fortemente com o egoísmo ético, pois este tem como objetivo a satisfação do interesse próprio, de que resultará, presume-se, a felicidade individual. Enquanto o princípio da maior felicidade de Mill exige a maximização da felicidade para o maior número. Pela primeira vez os filósofos defendiam que a moralidade não dependia de Deus ou de regras abstratas. A felicidade do maior número é tudo o que se deve perseguir com a ajuda da experiência.





Maria Inês Lacerda e Teresa Lozano

O que é a felicidade?

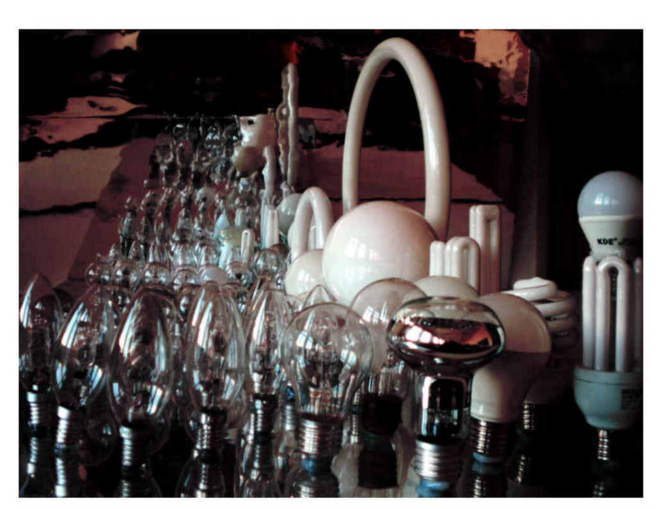
Mill defende que a felicidade consiste no prazer e na ausência de dor. Existem dois tipos de prazeres: os prazeres superiores, ligados ao lado intelectual, e os prazeres inferiores, ligados ao lado corporal.

Argumento de Mill para sustentar a teoria:

A prova de John Stuart Mill do princípio da maior felicidade consiste num argumento que parte da analogia entre o que é visível e o que é desejável. Com isto, conclui que desejar uma coisa prova que ela é desejável. Afirma também que a única coisa que cada pessoa deseja como fim último é a sua própria felicidade e daí extrai o princípio da maior felicidade: cada pessoa deve realizar as ações que promovem a maior felicidade geral. Quanto à escolha entre a sua própria felicidade e a felicidade dos outros, o utilitarismo exige que a escolha seja imparcial e indiferente, dando assim felicidade a um maior número de pessoas mesmo que isso não nos cause felicidade a nós.

Avaliação crítica do argumento de Mill:

É provável que se gere o seguinte problema: não é correto dizer que desejar uma coisa prova que ela é desejável, da mesma forma que vemos uma coisa porque ela é visível, uma vez que podemos desejar uma coisa que não é ou não deve ser desejável. Outro problema encontrado foi que Mill afirmou que toda a gente deseja a felicidade como último fim, contudo pessoas deprimidas parecem, por vezes, não desejarem a sua própria felicidade. Em certas situações a felicidade dos outros exige que cada um sacrifique a sua felicidade e não que a procure. Por isso o utilitarismo não parece ser fiável.





Afonso Araújo



Caprio Costa



Tomás Carvalho



Inês Martins

Mill foi alvo de várias objeções:

- A objeção da máquina de experiências: Se o utilitarismo de Mill for verdadeiro, a escolha certa é estabelecer a ligação à máquina. Mas muito provavelmente não vai ser capaz de esquecer o valor que tem o facto de viver uma vida real.

- A objeção das dificuldades de cálculo: O utilitarismo de Mill é enfraquecido pois em muitas circunstâncias pode ser complicado avaliar qual das ações disponíveis teria maior probabilidade de assegurar a maximização da felicidade.

- A objeção da justiça: O utilitarismo de Mill é enfraquecido por permitir ações que maximizam a felicidade, mas contrariam o valor da justiça.

- A objeção da integridade: O utilitarismo de Mill é enfraquecido por se limitar a ponderar consequências, excluindo considerações sobre o tipo de pessoa que devemos ser.

Méritos da ética de Mill:

- Naturalismo: O utilitarismo de Mill tem o mérito de estabelecer a moralidade numa base natural, de tal modo que a moralidade é tratada como uma dimensão real das nossas vidas, pois envolve o facto natural de termos dor e prazer.

- Simplicidade: O utilitarismo de Mill tem o mérito de dispensar perguntas complicadas sobre direitos e culpa, por exemplo, e de se ocupar apenas com questões mais simples, como as de saber que opções são realizáveis e qual dessas opções tem as melhores consequências.

- Pesar o prazer e a dor: O utilitarismo de Mill tem o mérito de evitar conflitos de valor e de simplificar a tomada de decisões uma vez que a felicidade é a única coisa valiosa.



Anabela Rodrigues e Talita Mendes



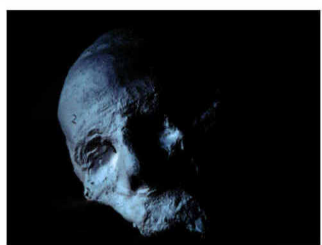
Vasco Lopes

A Máquina das Experiências é uma objeção ao utilitarismo que defende o princípio da felicidade como critério de decisão.

Mariana Pestana

A Máquina das Experiências é uma proposta fictícia que nos dá a possibilidade de viver para sempre ligados a esta máquina onde a nossa vida seria apenas composta por momentos de grande prazer, ou seja, estaríamos a viver apenas de felicidade. Esta máquina é vista como um contra argumento em relação ao princípio da maior felicidade, pois viver a vida que a máquina nos oferece seria viver numa ilusão. Isto acontece porque, ao estarmos numa realidade onde passamos apenas por momentos de prazer, estaríamos rodeados de pessoas que, de certa forma, estavam ali para nos satisfazer e estaríamos também a ser moldados como uma ilusão tendo em conta que o que nos molda como pessoas, para além dos bons momentos, são também os maus momentos. Por exemplo, uma pessoa com capacidades matemáticas péssimas deseja ser controladora de tráfego aéreo, na vida real esta não o poderia ser pois colocaria em risco a vida de milhares de pessoas. Já no mundo de ilusão que a máquina promove, esta pessoa automaticamente seria aceite como tal, visto que se assim não fosse estaria a passar por um momento de dor. Ao ser aceite, também não seria capaz de errar como controladora de tráfego aéreo pois estaria a passar por outro possível momento de dor ao colocar a vida dos indivíduos em risco ou mesmo matando-os. Como consequência, esta pessoa ganharia subitamente capacidades matemáticas e isto torná-la-ia numa pessoa diferente, numa pessoa que vive num mundo de ilusão.

Concluindo, A Máquina das Experiências é uma objeção ao utilitarismo que defende o princípio da felicidade como critério de decisão, uma vez que esta máquina nos demonstra que se vivêssemos num mundo onde só existisse felicidade não estaríamos assim tão felizes, pois esta seria uma ilusão e ia perdendo o seu valor.

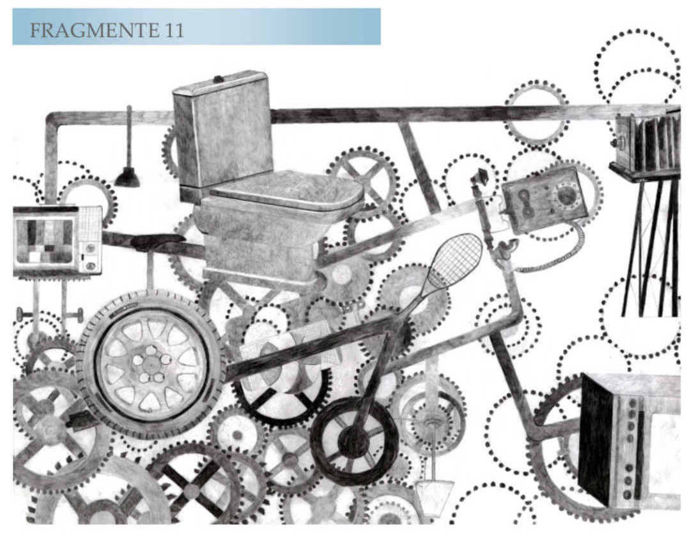




Pedro Barreiros



Rita Silva



Ana Filipa Costa



Talita Mendes



Laura Rua

Manipular ou não manipular: quem tem medo do Monstro de Frankenstein?

Duas teses: uma a favor da manipulação do genoma humano e outra que está contra tal possibilidade.

Maria Fernandes



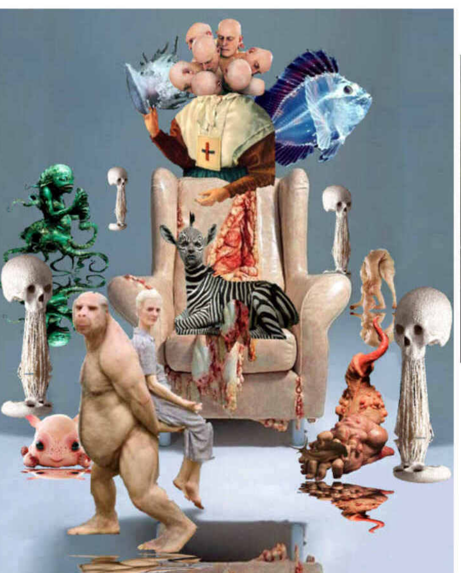
Alanna Gonçalves

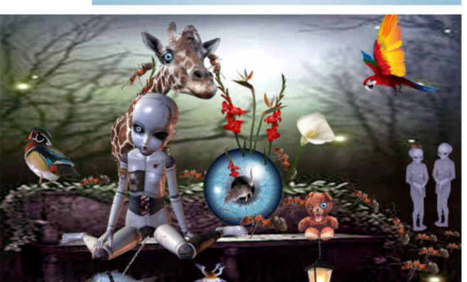
A 11 de novembro de 1997, a Conferência Geral da UNESCO adotou a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, tendo presente as dimensões biológica, psicológica, social, cultural e espiritual da identidade da pessoa. Perante esta declaração deverão questionar-se as limitações éticas da manipulação do genoma humano, reconhecendo também que as decisões relativas às questões éticas suscitadas pela medicina, pela ciência e pelas tecnologias que lhes estão associadas, podem ter repercussões sobre os indivíduos e pela humanidade em geral.

Com esta reflexão pretendo proporcionar ao leitor um melhor entendimento daquilo que é a manipulação genética e as consequências pelas quais esta é responsável. Para tal, considero relevante destacar a obra de Mary Shelley, que retrata a criação do Dr. Frankenstein, como forma de mostrar, quando usado para os fins errados, que a manipulação do genoma humano pode ser encarada como violação aos Direitos Humanos. É claro, como é do conhecimento geral, que a tecnologia e a ciência como as conhecemos hoje são diferentes daquelas a que havia acesso no século XIX, altura em que Mary Shelley escreveu “Frankenstein”. Estamos cientes, portanto, que as novas medidas e técnicas de estudo do genoma humano, jamais resultariam num erro tão grande como o monstro do Dr. Frankenstein. Contudo, como obra de Ficção-Científica que é, serve de alerta para aquilo que poderia ter acontecido caso se fizesse uma experiência científica desse nível em dada altura, sendo por isso o melhor exemplo existente para estabelecer uma comparação entre as ocorrências do passado e aquilo que poderá acontecer futuramente.




Pedro Barreiros

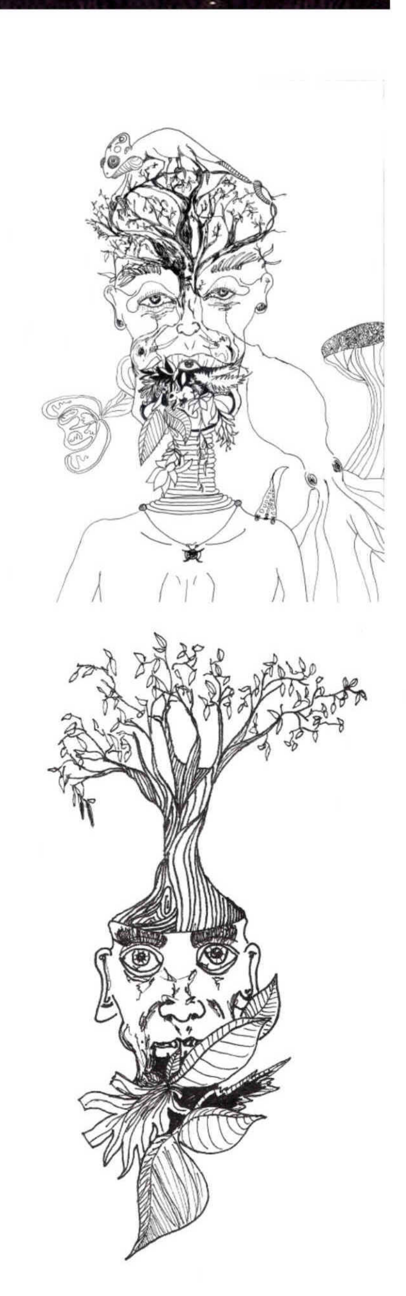




Face a este problema opõem-se duas teses: uma a favor da manipulação do genoma humano e outra que está contra tal possibilidade. Eu defendo a primeira, estando a minha posição dependente do tipo de caso em análise.

Um dos exemplos mais bem-sucedidos da manipulação genética foi o do cientista chinês He Jiankui, que em 2018 modificou o ADN de duas meninas gémeas com o propósito de impedir uma futura infeção de VIH. He Jiankui foi alvo de diversas críticas, tendo este procedimento sido considerado, por muitos, antiético e 'monstruoso'. Porém, o cientista chinês salientou que o seu objetivo não é criar um bebé "mais inteligente" ou mais bonito, mas sim "uma criança saudável", referindo-se a esta como talvez "a única forma de curar uma doença.". Outros dos argumentos que justificam a minha posição acerca deste problema é o facto de a clonagem poder ser uma segunda oportunidade para casais inférteis, tendo a completa consciência de que esta possa ser uma ideia chocante para a sociedade. Contudo, deveremos ter a noção que a fertilização "in vitro" também não foi bem recebida quando foi primeiramente apresentada ao público, embora seja hoje responsável pelo nascimento de milhares de bebés saudáveis.

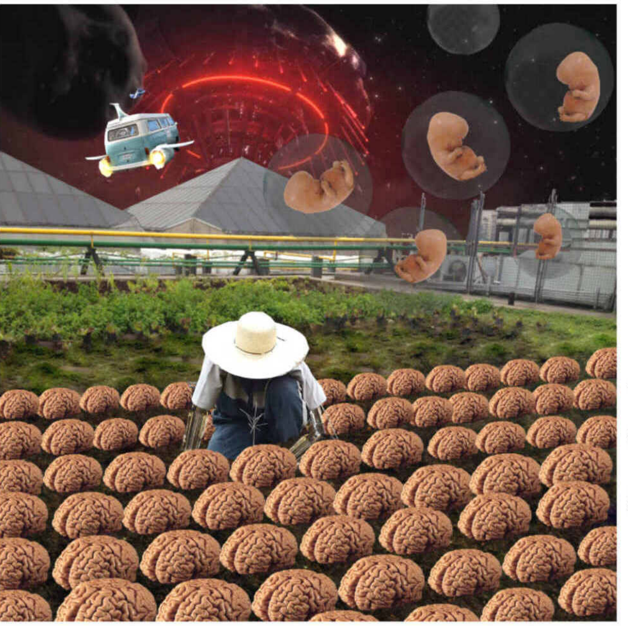
Contrariamente a estes argumentos, podemos então mencionar a história de "Frankenstein". Apesar do monstro do Doutor ter sido concebido a partir de restos mortais, humanos e animais, e não representar um verdadeiro método de manipulação de genoma humano, pode ser um bom exemplo das repercussões que tecnologias como a de clonagem implicam. Mary Shelley refere-se à sua personagem como o "Prometeu Moderno", numa alusão ao mito de Prometeu, o titã da mitologia grega que roubou o fogo aos deuses e, por isso, foi agrilhoado. Porém, há quem considere isto como sendo falso uma vez que o Dr. Frankenstein não deu qualquer tipo de instrução ao seu monstro nem o educou, confundindo os verbos "fabricar" e "educar". Isto significa que a clonagem não só implica um grande gasto financeiro, como psicológico e temporal, uma vez que deveremos orientar os clones de modo a prepará-los para serem integrados na sociedade. Não é ético utilizarmos a clonagem como um método de aperfeiçoamento de um embrião, como a mudança da cor dos olhos ou a cor do cabelo, apenas porque os pais pretendem seguir os padrões de beleza da sociedade, até porque a beleza é uma construção social.



Pedro Barreiros



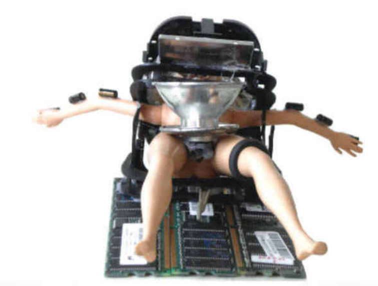
Beatriz Trindade



Alanna Gonçalves



Cláudia Cruz





Catarina Rufino

Apesar de tudo, é da responsabilidade de cada pessoa tomar consciência das consequências possíveis da alteração genética do seu embrião. Bem como compete às entidades responsáveis por tais métodos a transmissão da informação e das repercussões que processos como o da clonagem implicam, devendo ainda assumir total controlo sobre os sujeitos submetidos a tais procedimentos, assegurando que estes não representam uma ameaça para a sociedade.

Tal como "Frankenstein" foi, na sua altura, a primeira grande história de terror, a manipulação genética pode causar um grande terror à população cientificamente ignorante e aterrorizada pelo desconhecido, receosa da 'criatura' que poderá ser mais inteligente e mais desenvolvida que o seu criador, da mesma forma que o monstro do Dr. Frankenstein agiu por conta própria depois de o seu criador o abandonar.



Daniela Afonso



Ângela Aguiar

É o trabalho infantil tolerável?

Devido às condições inapropriadas e precárias em que é realizado, além de muitas vezes ser forçado, o trabalho infantil pode ser comparada ao trabalho escravo.

Julia Herold e Mariana Gonçalves

Trabalho infantil é toda a forma de trabalho realizado por crianças abaixo da idade mínima permitida de acordo com a legislação de cada país, e um problema na nossa sociedade atual.

Diversos fatores podem causar o trabalho infantil. Os principais são a pobreza e a procura de mão-de-obra barata. A grande quantidade de filhos de uma família e a baixa qualidade da educação geralmente associada são outros fatores a considerar.

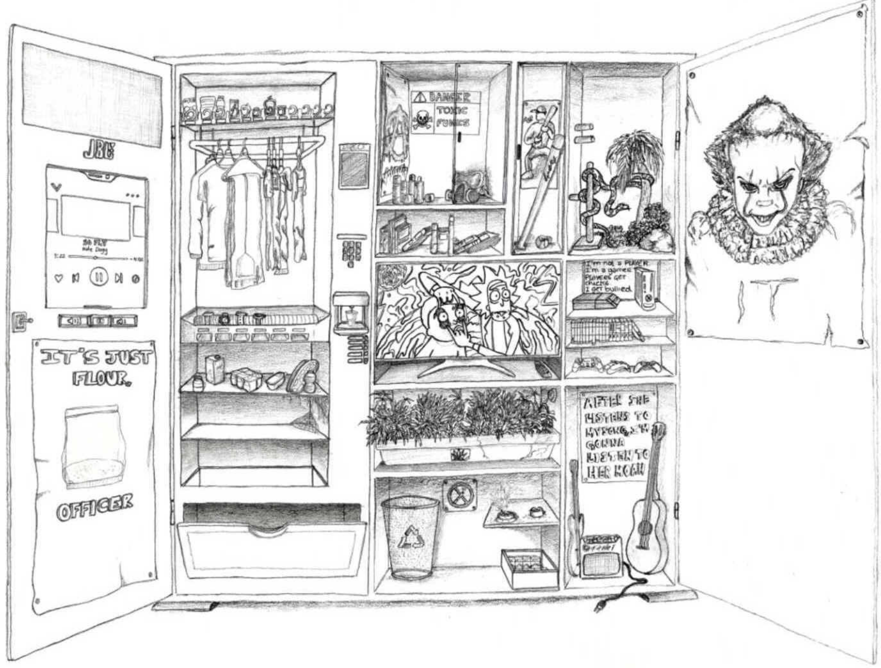
Devido às condições inapropriadas e precárias em que é realizado, além de muitas vezes ser forçado, o trabalho infantil pode ser comparada ao trabalho escravo.

Será, portanto, o trabalho infantil tolerável?

Neste ensaio defendemos que o trabalho infantil é intolerável em qualquer circunstância, porque acreditamos que esta atividade não deve ser normalizada e defendida de maneira nenhuma, tendo em conta as inúmeras desvantagens que traz aos jovens que a ela são submetidos. Não só desestrutura a infância das crianças e adolescentes, como viola inúmeros direitos humanos. Por tudo isto, é necessário tomarmos consciência que o trabalho infantil não pode ser aceite. Devemos parar de ignorar o problema e assim contribuir para a sua erradicação.



Laura Rua



Lourenço Vilas Boas




Sophia Melo



Raquel Alfaiate



Gabriella Perruno

Segundo o relativismo cultural, uma teoria que defende que os valores variam de cultura para cultura, o trabalho infantil é aceitável. Isto porque, em determinadas culturas, é um padrão que se repete há séculos e é considerado "normal". Por isso, segundo esta teoria, o direito à ingerência não existe, isto é, não podemos julgar uma cultura a partir da visão de uma outra diferente. O mesmo é dizer que não há culturas melhores e piores, apenas diferentes.

Em relação a este tema defendemos uma posição objetivista, segundo a qual os valores não estão sujeitos a diferentes interpretações. Ou seja, defendemos que o trabalho infantil é objetivamente incorreto, desde logo porque prejudica a criança no seu desenvolvimento global, nomeadamente ao nível da educação, o que pode ser verificado nas elevadas taxas de reprovação e abandono escolar associados ao fenómeno.

Esta atrocidade, que ainda existe em muitos países e culturas, além da enunciada, tem outras consequências objetivamente negativas no desenvolvimento integral da criança: reduz o rendimento escolar (quando a criança se mantém na escola), conduz ao abandono escolar e provoca problemas psicológicos cujas consequências se refletem ao longo da vida. Os jovens ficam mal preparados para o mercado de trabalho, já que quanto mais precoce é a entrada no mercado de trabalho menor é o rendimento obtido ao longo da vida adulta. Para além disso, também gera diversos problemas sociais: este sistema mantém altos graus de desigualdade social e, uma vez que a criança tende a reproduzir o modelo de família em que foi criada, o ciclo de pobreza dificilmente será quebrado. Assim como problemas económicos, uma vez que tem mais custos do que benefícios.

Além dos nossos argumentos, que nos parecem suficientes, temos a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 pela ONU, do nosso lado. Trata-se de uma declaração com 10 princípios que enquadram os direitos de todas as crianças:

1.Todas as crianças têm o direito à vida e à liberdade.

2.Todas as crianças devem ser protegidas da violência doméstica.

3.Todas as crianças são iguais e têm os mesmos direitos, não importa a sua cor, sexo, religião, origem social ou nacionalidade.

4.Todas as crianças devem ser protegidas pela família e pela sociedade.

5.Todas as crianças têm direito a um nome e nacionalidade.

6.Todas as crianças têm direito a alimentação e ao atendimento médico.

7. As crianças portadoras de dificuldades especiais, físicas ou mentais, têm o direito a educação e cuidados especiais.

8.Todas as crianças têm direito ao amor e à compreensão dos pais e da sociedade.

9.Todas as crianças têm direito à educação.

10.Todas as crianças têm direito de não serem violentadas verbalmente ou serem agredidas pela sociedade.



Talita Mendes



Cláudia Cruz

No caso de Portugal, os índices de trabalho infantil não são tão altos quanto noutros países. De acordo com estatísticas do Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, em 2006, estimava-se que existissem 48 mil casos de exploração do trabalho infantil no nosso país. Ao longo dos anos esse número foi diminuindo bastante, mas ainda é necessário que esta atividade seja combatida, especialmente nas áreas da agricultura, cerca de metade dos casos, e da prostituição, nas quais o trabalho infantil é mais observado.

A luta contra a redução do trabalho infantil também é, por isso, a luta pelos direitos humanos universais garantidos pela respetiva declaração. Uma vez que, além de ajudar a manter a integridade física e psicológica das crianças, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades de forma segura e saudável, melhora também a qualidade de vida da pessoa numa fase adulta.

Os argumentos a favor do trabalho infantil estão na sua maioria relacionados com empresas que procuram este tipo de mão-de-obra, já que é mais barata, mais administrável, além de que muito dificilmente as crianças se aperceberão dos perigos a que estão sujeitas e reclamarão pelos seus direitos. Uma exploração muitas vezes suportada pelas próprias famílias que por serem mais pobres acabam por colocar as crianças a trabalhar para se poderem sustentar.



Matilde Shaw



Adriana Proença



Ema Gonçalves



Ana Sofia Figueira

Nenhuma destas objeções é, na nossa opinião, suficientemente forte para defender a exploração de crianças. Como já foi mencionado, a prática do trabalho infantil leva a que as crianças sejam privadas dos seus direitos como seres humanos e isso é algo que devia ser estritamente proibido. Negar-lhes os seus direitos para conseguir maior lucro não devia ser sequer considerado como opção.

Concluímos, portanto, que o trabalho infantil não é de forma nenhuma tolerável. Os direitos das crianças exploradas são objetivamente violados e fazem com que elas não consigam alcançar um bom nível de vida na fase adulta. A maioria das crianças abandona a escola ou obtém uma péssima educação, o que os poderá impedir de virem ser cidadãos esclarecidos. Para não falar das crianças que sofrem acidentes, sem qualquer proteção social, que assim veem a sua saúde prejudicada, às vezes para sempre. Por tudo isto, é nosso dever moral lutar para o fim desta atrocidade e pelas vidas que as nossas crianças merecem.



Sophia Melo


Catarina Pinto

Licença de porte de arma de defesa: sim ou não?

O uso generalizado de armas potenciará o aumento da violência e criminalidade.

Leonor Appleton

Introdução

Neste pequeno ensaio, procurarei debater a legitimidade (ou não) do uso e porte de armas de defesa generalizado por parte dos cidadãos. Apresentar as diferentes teses devidamente justificadas e a opinião da autora. Permitir que o leitor fique informado acerca do assunto. Será importante começar por referir que existem dois tipos de armas: as desportivas, entre as quais se encontram as armas de caça e de tiro aos pratos, alvo e tiro com arco e flecha; e as de defesa, que incluem pistolas e armas automáticas (metralhadoras).

Em relação às armas de tiro aos pratos, julga-se que a legitimidade do seu uso é mais ou menos consensual, embora as condições de armazenamento e guarda das armas possam levantar questões relativamente à sua segurança.

Naturalmente, o uso e porte de armas desportivas apenas poderá ser atribuída a quem reúna as condições necessárias para a sua utilização.


Alice Derriça



Lourenço Vilas Boas

Pretendo centrar o debate na atribuição de licença de uso e porte de arma de defesa aos cidadãos em geral, e não na discussão que há anos decorre nos E.U.A. onde se discute o direito, ou não, de possuir uma arma de defesa ou assalto de grandes calibres e capacidade sem que exista qualquer controlo sobre quem as detém e porquê.

Em relação às armas de defesa, existem duas grandes teses.

Os defensores da utilização generalizada, que defendem que todo o cidadão tem o igual direito à sua defesa pessoal e dos seus bens, argumentam que existe uma grande quantidade de armas ilegais sendo estas as armas que os criminosos geralmente usam. Como tal, em caso de um assalto, por exemplo, estes estariam em vantagem caso não houvesse o direito de posse de arma do cidadão comum. Argumentam ainda que em termos gerais, as armas de fogo são utilizadas com uma frequência 80 vezes maior para impedir crimes do que para tirar vidas. Defendem ainda que as armas em si não são perigosas. São meros objetos comandados por um indivíduo que pode, ou não, torná-las perigosas. Desde que as armas apenas sejam disponibilizadas a cidadãos que sejam responsáveis e que as saibam usar, os perigos são reduzidos. Segundo um estudo do *Applied Economics Letters*, após a proibição de armas de defesa pessoal, os assassinatos aumentaram. De acordo com o jornalista John Stossel, se os criminosos não tiverem medo da retaliação por parte das vítimas, o seu trabalho torna-se mais fácil. "If guns are outlawed, only outlaws will have guns." ("Se as armas forem ilegalizadas, apenas os criminosos terão armas").

Segundo este ponto de vista, baseados na Leading Causes of Death Reports (E.U.A.), alega-se que é 21,5 vezes mais provável morrer de doença cardíaca, ou 18,7 vezes mais provável morrer de cancro, do que com um tiro.

Defende-se ainda que em países como o México, onde as restrições legais à utilização de armas são muito grandes, o número de assassinatos com armas de fogo é dos maiores do mundo, 10 por 100.000 habitantes, 3 vezes superior ao dos E.U.A.

Os defensores da sua total proibição, defendem que a existência de armas potencia o número de mortes e crimes, uma vez que pode levar a muitos acidentes, por exemplo, com crianças, atentados e tiroteios, como se tem visto em várias partes do mundo. Além disso, simples desentendimentos poderiam passar a ser resolvidos com tiros.



Vasco Lopes



Maria Inês Lacerda e Teresa Lozano

Um estudo feito na New England Journal of Medicine afirma que a segunda maior causa de morte em crianças resulta da utilização de armas de fogo, sendo nos EUA de 15%.

Por outro lado, nos EUA ocorrem 270.000 suicídios com armas de fogo por ano. Os defensores da proibição da defesa de porte de arma de defesa acreditam que estes números se podem reduzir drasticamente com a sua proibição.

Na minha opinião, a atribuição de licença de uso e porte de arma de defesa apenas deveria ser atribuída às autoridades, nomeadamente, polícias, militares e magistrados. A meu ver, a existência de uma grande quantidade de armas na população potencia o aumento da criminalidade e dos acidentes.



Tomás Carvalho

A existência de um número elevado de armas legalizadas aumenta o risco de serem roubadas e, consequentemente, aumenta a quantidade de armas ilegais. Comparar morte por doenças com morte com armas de fogo, pode considerar-se no mínimo ridículo, pois estamos a comparar algo inevitável na vida como algo evitável. Em caso de assalto, o cidadão ao estar armado corre mais riscos, pois o criminoso poderá reagir de maneira mais violenta do que se estivesse numa situação de “superioridade” em que fosse o único a ter posse de arma.

Pode também acontecer que situações de pequeno conflito sejam resolvidas a tiro. Por exemplo, pequenas situações domésticas ou familiares podem acabar em tragédia.

Outro risco da utilização generalizada de armas pela população é o aumento da vontade das vítimas de resolverem o problema pelas suas próprias mãos. A guarda de armas em casa, em particular nos casos onde existem crianças, é razão para preocupação, pois o risco de acidentes também aumenta significativamente.

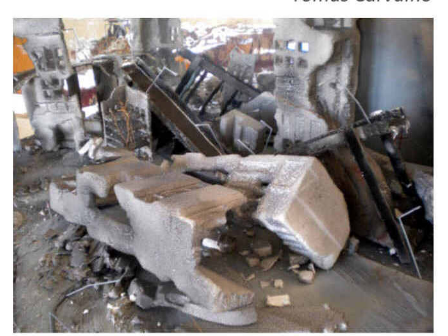
Conclusão

Apesar dos argumentos apresentados acima, continuam a existir várias questões relativas às quais ainda não tenho a minha opinião formada. Por exemplo, um trabalhador de uma empresa privada de transporte de valores poderá ter uma arma? Por um lado, com uma arma defenderá melhor o património que transporta, dissuadindo os criminosos. Por outro lado, a existência desta arma conduzirá a assaltos mais violentos com risco para a sua própria vida e de outros.

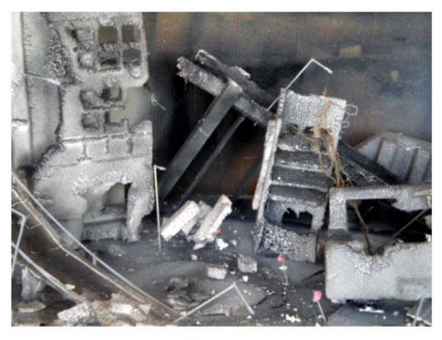
Outra questão que será importante abordar é o modo como são guardadas as armas. Os detentores de armas deveriam ser obrigados a ter um cofre em casa apropriado à proteção das armas e as munições deveriam ser guardadas em separado. Deveria também ser obrigatória a utilização de cadeados que impeçam a utilização da arma.

A atribuição de licença de uso e porte de arma apenas deverá ser atribuída a cidadãos maiores, idóneos, na posse de todas as suas faculdades psíquicas e devidamente habilitados a utilizar e manusear armas.

O tema abordado vai sempre ser alvo de controvérsia, uma vez que as perspetivas opostas apresentam argumentos válidos. No entanto, a meu ver, o uso generalizado de armas potenciará o aumento da violência e criminalidade. Como tal, a sua utilização deverá ser alvo de severas restrições.







Maria Inês Lacerda e Teresa Lozano


Anabela Rodrigues

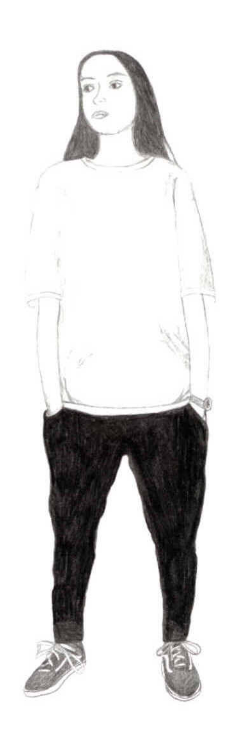

Teresa Lozano


Maria Leonor Sousa

Racismo: és privilegiado se fores branco?

Como é que começou essa ideia de que a etnia branca é superior às outras?

Mariana Azevedo


Cláudia Grilo

Como se sabe, Portugal é um país multicultural. Daí que possa ser difícil ter uma vida no nosso país, pois existem muitos preconceitos com que os imigrantes e os seus descendentes têm que lidar. Um desses preconceitos, com que muitas pessoas lidam constantemente em todo o mundo, apenas por terem uma tonalidade de pele diferente, pode conduzir ao racismo.

Como descendente africana, que presencia muitas situações em que negros são inferiorizados injustamente, senti-me no dever de dar a conhecer ao público escolar alguns factos e reflexões sobre este tema tão importante. Uma vez que este texto tem como motivação o meu testemunho pessoal, não farei referência ao racismo inverso, que infelizmente também existe.

O racismo é um assunto sobre o qual se evita escrever, ou mesmo falar, pelo facto de ter sido banalizado e talvez até aceite por algumas pessoas. No entanto, esta é uma discussão extensa que já existe desde a antiguidade e, apesar de atualmente se sentir menos, que ainda incomoda os que se dizem "diferentes".

Preconceito e racismo não têm o mesmo significado. Enquanto o primeiro se refere a um julgamento originado por ideias pré-concebidas em relação a um grupo, o segundo refere-se a uma atitude que condena os outros injustamente, sendo que o sujeito racista se considera superior em diversos aspetos que caracterizam a vítima. Um dos aspetos é a cultura, e nesta está incluída a arte, o conhecimento, os costumes, a moral, as leis e todos os outros hábitos e capacidades adquiridas pelo homem. Daí que possamos falar em diversos tipos de racismo:

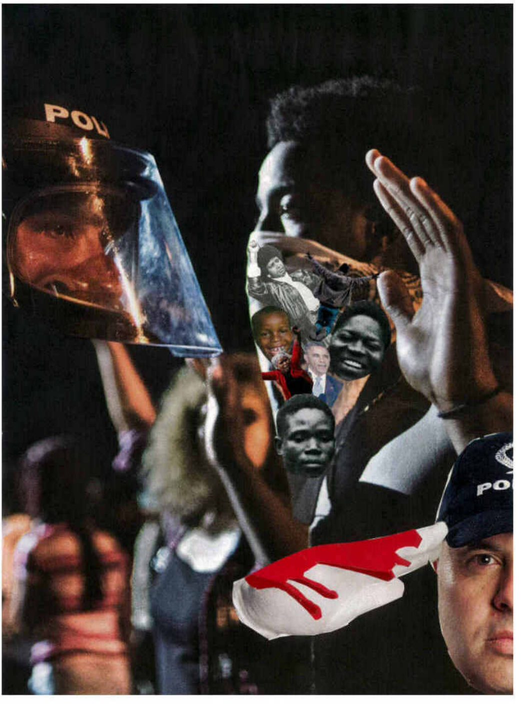
Racismo Individual: Advindo de atitudes individuais realçadas num meio social onde existem diferentes etnias.

Racismo Institucional: Preconceito originado na política, em que pessoas negras e mulheres, por exemplo, são diferenciadas, discriminadas e marginalizadas.





Bernardo Torres



Alice Derriça

Racismo Cultural: Crença de que existem culturas superiores a outras relativamente à religião, aos costumes, aos valores, à língua...

Racismo Primário: Fenómeno psicológico manifestado sem justificação.

Racismo Diferencialista: Baseado no conceito de que a etnia de alguém não tem origem em fenómenos naturais, mas que é influenciado pela cultura.

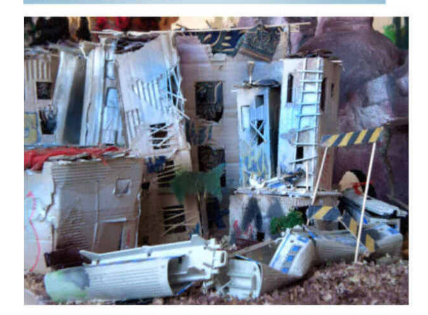
Racismo Ambiental: Baseado na discriminação da natureza e ocasionado pela destruição do meio ambiente, afetando grupos e comunidades pela aplicação desigual da legislação.

Voltando ao tipo de racismo de que pretendo falar, façamos a seguinte pergunta: como começou essa ideia de que a etnia branca é superior a outras? Bom, tudo começou na Antiguidade, como já referi, e Idade Média, onde surgem os primeiros sinais de xenofobia, isto é, a antipatia e o medo dos nativos em relação a pessoas estranhas ao seu ambiente. Como acontece, por exemplo, quando um grupo de refugiados se dirige a um determinado país. Mais tarde, na época do Renascimento, surge a ideia de que existia na Europa uma etnia superior, guiada e destinada por Deus para liderar o Mundo. Durante essa altura e com os avanços na expansão marítima, em que os portugueses foram pioneiros, o contacto com as comunidades negras intensificou-se, o que geraria o grande negócio de escravos. Sim, ESCRAVOS, foi assim que tudo começou. As etnias africanas começaram a ser inferiorizadas, e aquilo que começou por ser mão-de-obra barata acabou na tortura de imensas pessoas, até aos dias de hoje. Imaginem pessoas a serem chicoteadas apenas pelo facto de terem nascido negras...se é justo? Claro que não! Embora nem todas as pessoas, infelizmente, pensem desta maneira. Adiante...



Ana Filipa Costa

Num sentido inverso, já no século XX, na África do Sul, foi criado o Congresso Nacional Africano, um «partido político que lutava contra a opressão dos negros sul-africanos e contra a segregação racial», do qual Nelson Mandela fez parte na sua luta contra o apartheid – política que tinha como objetivo separar as etnias (a branca era obviamente a privilegiada) e dividir o território sul-africano, fazendo com que as pessoas tivessem que seguir regras sobre os sítios onde podiam permanecer de acordo com a sua cor. Apesar das dificuldades encontradas neste longo caminho, em 1994 foi possível acabar com o apartheid.









Beatriz Trindade e Catarina Rufino



Ângela Aguiar e Beatriz Sevilha

Outro episódio marcante na história do desenvolvimento dos direitos dos negros foi a morte de Martin Luther King Jr., que lutou contra o racismo nos Estados Unidos da América e em todo o mundo. O método a que recorreu foi o da desobediência civil, tal como falamos em Filosofia, ou seja, atos públicos não violentos que tiveram como objetivo provocar uma mudança nas leis e, como felizmente sabemos, com sucesso. É claro que mais figuras públicas reivindicaram os direitos de minorias que sofriam excessivamente com o racismo, mas não é disso que se trata agora.

Voltando à minha opinião pessoal sobre o tema, pergunto-me como é que este problema ainda persiste, como é que entre tantos avanços tecnológicos, medicinais e científicos, ainda exista preconceito e racismo? Tentando encontrar uma resposta para o problema, que me atormenta há muito tempo, cheguei à conclusão que talvez seja assim porque os mais velhos, que pensam saber mais que os jovens, passam os seus valores aos descendentes. Estes reproduzem o que aprendem quando são pequenos, são levados a acreditar que isso está certo, muitas vezes não questionando a razão da existência de uma hierarquia racial. Não obstante, esta é apenas uma opinião pessoal. Provavelmente, também pode ser encontrada uma justificação baseada numa teoria filosófica, o determinismo, que acredita que somos predestinados e que estamos condicionados às relações causais dos acontecimentos, tal como a etnia branca poderá pensar que Deus a criou para ser a líder.

Voltemos, também, a Portugal, um país em que se verifica uma enorme mistura de pessoas de várias nacionalidades, como dizia no início, e consequentemente de várias etnias. Será que Portugal é um país em que existe racismo? Em 2016 foi efetuado um estudo pela Euro Sondagem S.A. e chegou-se à conclusão de que a maior parte dos portugueses não assume ser racista, embora 43,7% seja da opinião que há racismo Portugal. São resultados chocantes que deixam muito desconfortáveis os descendentes de outras culturas, mesmo com nacionalidade portuguesa, pois são impedidos de ter uma vida “normal” no sentido de serem aceites na sociedade como qualquer outro cidadão.

Referimos os "não portugueses" em geral, mas e as crianças em particular? Ainda não parámos para pensar: como será para alguém tão pequeno, inocente, ser afastado de outras crianças, por exemplo, por ter uma cor ou cultura diferente da maioria esmagadora? Quando eu era pequena não gostava do meu cabelo por ter caracóis, chorava porque o queria esticar, também não gostava que me chamassem "preta", e logo dizia que era morena. E que mal tinha existirem pessoas mais escuras? Não havia! No entanto, eu não queria ser identificada como tal e aposto que muitas crianças, infelizmente, pensam o mesmo. Ver os filhos chegarem a casa tristes por não serem brancos, por não terem olhos claros nem cabelo liso, não deveria ser uma das preocupações dos encarregados de educação destas crianças, mas acontece que é e não é justo. Não é justo ter a vida condicionada pela cor de pele.

Nas escolas ainda existe, de facto, a ideia de falta de educação associada aos negros. Como se já estivesse toda a gente à espera que um negro tenha problemas de comportamento: «Pois, não sei o que estes “pretos” do bairro vêm cá fazer!». Infelizmente já presenciei situações destas e outras passaram-se comigo. A mãe de uma amiga minha branca, por exemplo, não gostava que ela se desse comigo por eu ser negra. Enfim, mais um exemplo de que a cor influencia o pensamento que os outros têm sobre nós. Outro erro muito habitual é pensar que uma criança africana tem obrigatoriamente de passar fome e ser pobre, como se as condições económicas fossem determinadas pela cor da pele. Além disso, continuando a falar do sistema de ensino, segundo o Jornal de Notícias, há segregação e racismo institucional no ensino secundário, uma vez que a maior parte dos adolescentes afrodescendentes seguem cursos profissionais por falta de mérito e meios para prosseguirem os estudos no ensino regular. Além de que é “notório” que alguns cursos profissionais são usados como um verdadeiro “gueto” em espaço escolar.



Ana Filipa Costa

Beatriz Trindade e Catarina Rufino

Concluindo, com a minha pesquisa apercebi-me de que um simples facto, como a cor de pele, afeta muito o modo de vida de muitas minorias. Se refletirmos um pouco acerca disso, como eu, chegaremos à conclusão de que a população mundial só teria a ganhar se todos estivessem cientes destes pequenos grandes problemas e de que, provavelmente, todos teríamos uma vida melhor. Proponho, por isso, que investamos no desenvolvimento de certas mentalidades e mudemos um pouco o Mundo! A tua ajuda é preciosa, espalha a mensagem!



Alice Derriça



Vasco Lopes

Cimeira das Democracias 2019

Um grupo de alunos de Ciência Política da ESMAVC participou neste debate, representando a Coreia do Sul .

Francisco Rebelo e Frederico Rose

A Cimeira das Democracias, realizada a 4 de Abril, foi uma simulação de uma cimeira de representantes de vários países, particularmente da União Europeia, organizada pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa e dirigida a alunos do ensino secundário. Um grupo de alunos de Ciência Política da ESMAVC participou neste debate, representando a Coreia do Sul . Este evento, em que cada grupo de alunos de cada escola representava um país específico, procurou fomentar o debate político formal com cinco temas, em comissões específicas, para maior interesse e organização dos participantes. Estes temas foram:

1 - Política de Defesa e Segurança: Forças armadas nacionais ou europeias?

2- Democracia, Governabilidade e Reforma Institucional: Eleições europeias.

3- Política Externa: Rússia

4- Cidadania e Cultura: Educação nacional e/ou cosmopolita (este tema não é aqui abordado porque não participámos na sua discussão).

5- Economia e Ambiente: Ambientalismo patriótico e/ou cosmopolita.

As questões abordadas mais importantes e as propostas e moções mais relevantes foram as seguintes:

A primeira comissão teve como principais propostas a criação de um exército europeu e a modernização da NATO (esta última foi a única aprovada como moção). A principal causa da reprovação da primeira foi o facto de esta proposta contribuir para dividir ainda mais o mundo.

A segunda comissão serviu para reforçar a necessidade da população, em países democráticos, votar e realçou a importância da participação dos cidadãos nas eleições nacionais e europeias. Com este objetivo em mente, foram propostas campanhas de incentivo às populações com o propósito de aumentar a percentagem da população que vota. Foi aprovada uma moção para a criação de uma disciplina obrigatória na escola sobre a necessidade de os jovens votarem e sobre as questões políticas relativas aos seus países.

A terceira comissão pretendia analisar e chegar a uma conclusão sobre as relações com o vizinho da União Europeia, a Rússia. A conclusão que foi tomada nesta comissão foi aumentar as sanções à Rússia e fazer um maior esforço para diminuir a interferência russa nas eleições dos países europeus.

A quinta comissão sobre a Economia e o Ambiente propiciou um debate sobre o papel dos cidadãos e os esforços individuais para manter o Ambiente o mais limpo possível. A falta de reciclagem e o lixo nas estradas, principalmente das cidades, foi um assunto que provocou reações de vários representantes de países. Chegou-se à conclusão que o ambiente não deve ser apenas a preocupação de alguns países, mas sim de todos, e com isso em mente a visão cosmopolita venceu: os países da União Europeia têm de seguir as regulamentações ambientais já em vigor, devendo essas regulamentações ser reforçadas, devido à importância de garantir o futuro às próximas gerações.

A Cimeira das Democracias foi uma experiência única que nos permitiu compreender o funcionamento da actividade política, as questões relativas às relações internacionais e o o trabalho da comunicação social.

Alanna Gonçalves

Inês Relvas



Daniela Afonso







Ana Velez e Beatriz Borges

VIII Olimpíadas Nacionais de Filosofia

Francisco Oliveira



Catarina Rufino

As Olimpíadas Nacionais de Filosofia são um encontro de estudantes de Filosofia do Ensino Secundário organizado pela PROSOFOS, uma associação pela promoção da Filosofia cujos primeiros passos foram dados na nossa escola. A iniciativa, além de promover a disciplina e valer como fim em si mesmo, uma vez que proporciona o convívio de estudantes e professores de todo o país, tem como objetivo selecionar dois participantes, de modo a que representem todos os outros nas Olimpíadas Internacionais.

A edição deste ano teve lugar em Lisboa, na Escola Secundária António Damásio, durante os dias 3 e 4 de Maio, e contou com cerca de 90 participantes. As alunas Eunice Cunha e Joana Alves, ambas do 11ºano, embora não tenham chegado à finalíssima, em que concorrem apenas 10, foram as digníssimas representantes da nossa escola.

A prova a que todos foram sujeitos consistia na redação de um ensaio filosófico sobre um de quatro problemas alternativos. O problema do livre-arbítrio, amplamente debatido na nossa revista, o da causalidade, familiar a todos os nossos alunos do 11º ano, o do estatuto da obra de arte, um problema que esteve na origem de uma das aulas abertas a que a nossa escola já se vai habituando e, por último, o da identidade, um problema que interessará a todos quantos os que se interrogam acerca do que são e daquilo que nos torna únicos.

A iniciativa terá de novo lugar no próximo ano, em escola a definir. O Grupo de Filosofia da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho tudo fará, como sempre fez, para estar representado da melhor forma. Com o aliciante, repare-se, que a edição internacional, que este ano decorreu em Roma, terá lugar no nosso país.

Pois é, tanto estudante de tanto país! Vá, de que estás à espera? Volta a ler cada um dos artigos desta revista, podem ser uma boa ajuda, e pensa na possibilidade de também tu vires a participar, nas próximas Olimpíadas e no próximo número da Fragmente também.



Catarina Pinto



Alice Derriça



Maria Inês Lacerda

O desafio do cético

James Ladyman

«Alice: ...assim, um segundo depois do Big Bang, a temperatura do universo era de cerca de dez mil milhões de graus, o que é aproximadamente o mesmo que a temperatura no interior da explosão de uma bomba nuclear.

Tomás: Acreditas mesmo nisso? Não achas um bocado exagerado?

Alice: É claro que acredito, e não acho que seja mais exagerado do que o facto de esta mesa em que estamos sentados ser quase toda ela espaço vazio e que é feita de átomos tão pequenos que milhões deles poderiam caber no fim de um alfinete.

Tomás: Exatamente, é assim exagerado, e tu és muito ingénua por acreditares nisso.

Alice: Mas é o que a ciência nos diz?

Tomás: A "Ciência" não nos diz nada; os cientistas, que são pessoas como tu e eu, dizem-nos coisas, e, como toda a gente, dizem-nos o que é do seu interesse dizer-nos.

Alice: Explica-te lá.

Tomás: Não é óbvio? Um vendedor de carros usados diz-te que um carro é uma maravilha na estrada e que teve apenas um dono, porque quer que tu o compres; os padres dizem-te que, para ires para o céu, deves frequentar a igreja, porque temem ficar sem trabalho; e os cientistas dizem-nos todos aqueles absurdos para nós ficarmos maravilhados com a sua inteligência e assim poderem continuar a gastar o dinheiro dos contribuintes com as bolsas de investigação.

Alice: Estás a ser cínico, nem toda a gente tem más intenções.

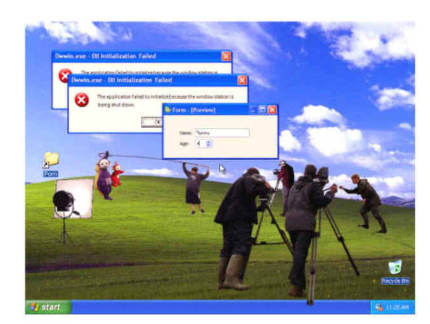
Tomás: E tu estás a ser ingénua; mesmo supondo que cientistas acreditam de facto nas suas teorias, não consegues ver que a ciência é apenas a religião moderna?

Alice: O que é que isso significa?

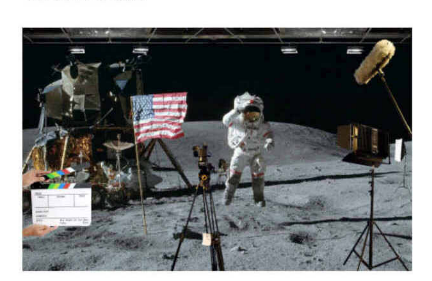
Tomás: Se vivesses há quinhentos anos atrás, acreditarias em anjos, santos e no Jardim do Éden; a ciência apenas substituiu a religião enquanto sistema de crenças dominante no Ocidente. Se vivesses numa tribo de uma selva qualquer, acreditarias em todos os mitos que os anciãos da tribo te ensinassem, mas como vives aqui e agora, acreditas no que te dizem os anciãos da nossa tribo, ou seja, nos cientistas.



Teresa Lozano



Teresa Lozano



Diana Gonçalves



João Mota



Carolina Morais

Alice: Não podes comparar dogmas religiosos e mitos com ciência.

Tomás: Por que não?

Alice: Porque os cientistas desenvolvem e testam as suas crenças de acordo com métodos apropriados, em vez de apenas aceitarem o que lhes é ensinado.

Tomás: Bem, tens razão quando dizes que eles alegam ter um método que garante a exatidão das suas teorias; mas eu pessoalmente não acredito nisso, caso contrário chegariam todos à mesma conclusão, como, por exemplo, na questão de se saber se o sal ou o açúcar fazem mesmo mal à saúde.

Alice: Bem, uma teoria demora a provar, mas finalmente a verdade vem ao de cima.

Tomás: A tua fé é espantosa, e dizes que a ciência e a religião são totalmente diferentes. O método científico é um mito criado pelos cientistas que querem que nós acreditemos nas suas alegações. Olha as drogas que foram testadas por métodos científicos, e que se dizia serem seguras para poucos anos mais tarde serem retiradas, assim que as pessoas descobriram o quão perigosas elas eram.

Alice: E todas aquelas drogas eficazes e outras coisas incríveis que a ciência conquistou?

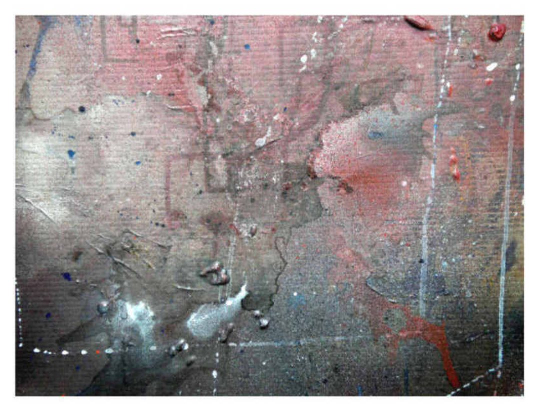
Tomás: Tentativa e erro, esse é o único método científico que existe, é tão simples como isso. O resto é só propaganda.

Alice: Eu não consigo acreditar no que dizes; as teorias científicas, como a teoria do Big Bang, estão provadas por experiências científicas e por observações. É por isso que nós devemos acreditar nelas, e é isso que as faz tão diferentes das criações míticas ou crenças religiosas.

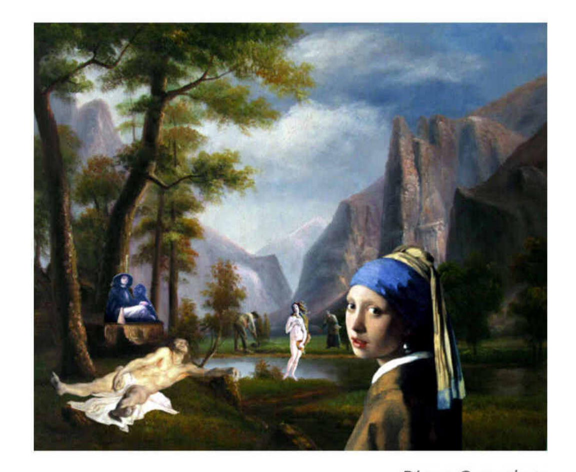
Tomás: Dizes tu, mas como é que experiências e observações provam que uma teoria é verdadeira?

Alice: Isso não sei bem.

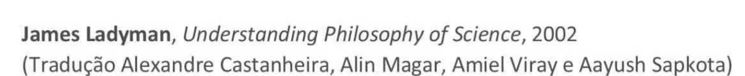
Tomás: Então quando descobrires diz-me qualquer coisa».



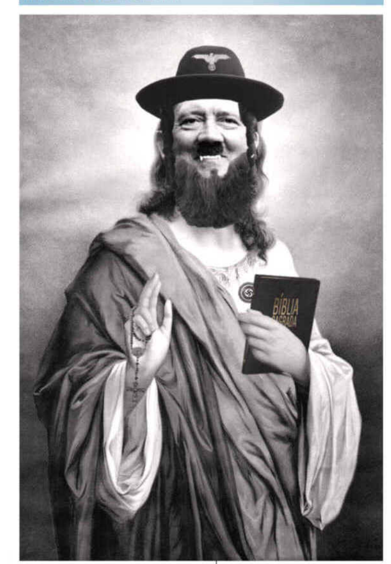
Cristiano Santos



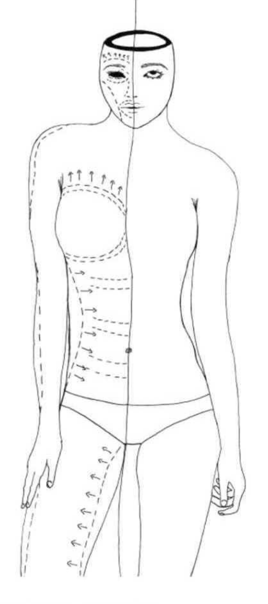
Diana Gonçalves



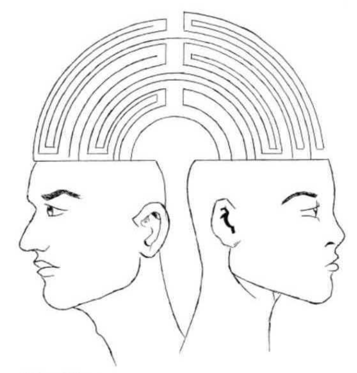
James Ladyman, *Understanding Philosophy of Science*, 2002
(Tradução Alexandre Castanheira, Alin Magar, Amiel Viray e Aayush Sapkota)



Maria Inês Lacerda



Sofia Queiroga Nogueira



Rita Silva

A Pressão no Ensino Secundário

Sofia Pereira

Tudo começa no 10.º ano, é aqui que o nosso futuro começa a ser formado e, independentemente da nossa idade, está tudo nas nossas mãos. Dizem que só assim conseguimos ganhar responsabilidade. Para uma boa parte da população adolescente, infelizmente, é também assim que ganhamos problemas, como o da ansiedade.

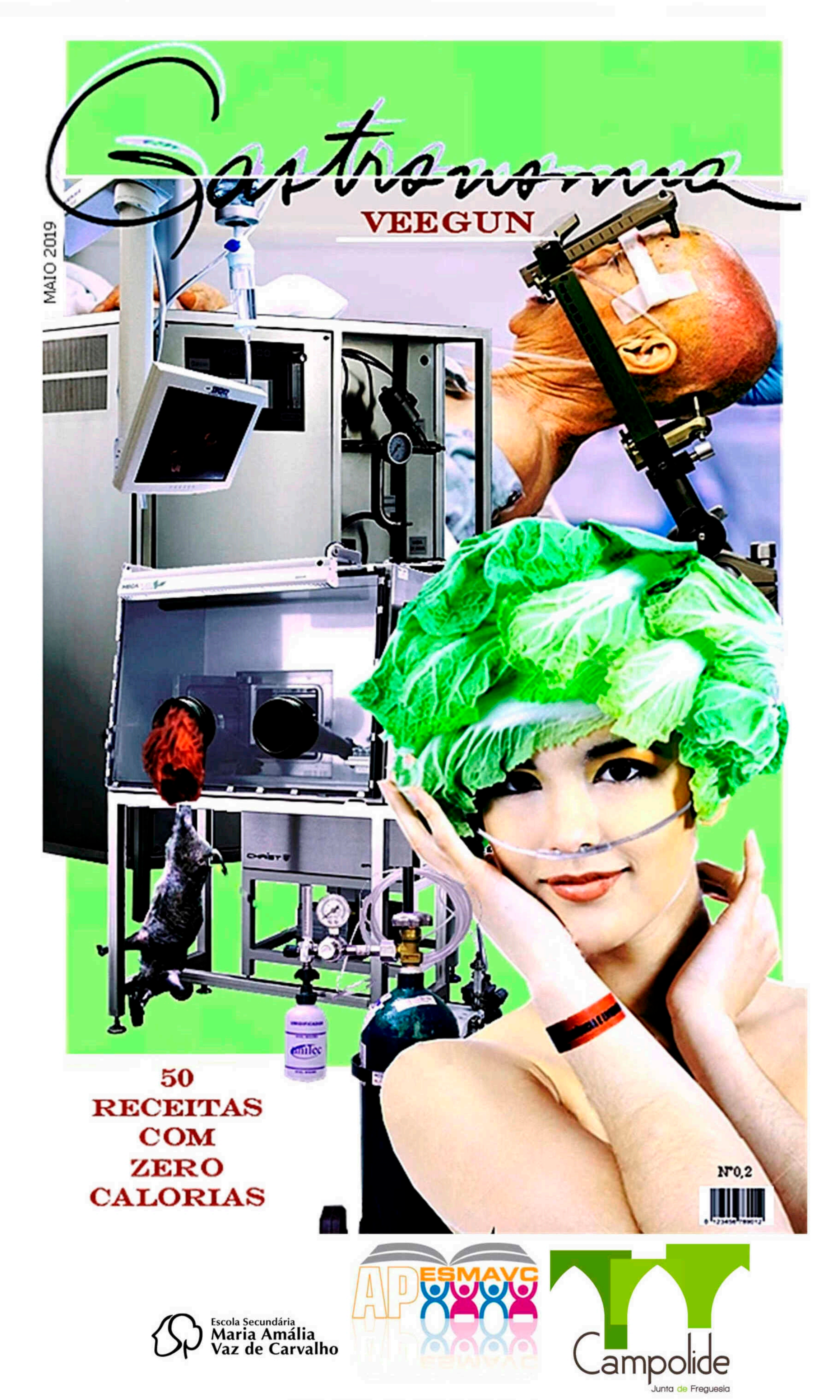
A primeira escolha que temos de fazer é decidir qual o curso que queremos seguir. No 9.º ano fazemos testes psicotécnicos que nos dão uma base para essa decisão. Mesmo assim, como podemos escolher algo que nos irá afectar a vida toda se não sabemos, ao todo, de que se trata? Experimentar todos os cursos é uma terrível opção, se não queremos desperdiçar o nosso tempo. Então escolhemos o curso que nos parece mais interessante e esperamos que seja uma escolha acertada. Noutros casos, o aluno já não tem que se preocupar em tomar uma decisão desse calibre, visto que os pais ou encarregados de educação fazem essa escolha por ele, muitas vezes porque pensam que o curso escolhido levará o educando a um futuro melhor em termos de emprego e salário, sem se preocuparem com os gostos do mesmo. Obviamente que em grande parte destes casos o adolescente acaba por não se esforçar tanto, por não gostar do que faz, levando ao insucesso escolar. Também existe uma pequena percentagem de jovens que acabam por ir para o mesmo curso que os amigos, ou porque não quer ficar "sozinho" na sua turma ou então porque não conseguiu tomar uma decisão por si próprio, devido à pressão que esta envolve.

Com o curso escolhido, iniciamos o ensino secundário, conhecemos novas pessoas. Se mudarmos de escola, vemos novos sítios e "respiramos novos ares". Habituados a estudar no máximo uma semana antes para um teste, como fazíamos no 9º ano, pouco a pouco começamos a perceber que isso não é suficiente e podemos esperar de tudo menos bons resultados na escola. De um ano para outro, mudamos de um "mar de rosas" para um mar de testes, relatórios, trabalhos, projetos... E é esta exigência que faz com que vários jovens desenvolvam problemas como a ansiedade e, em casos piores, depressão.

A Ordem dos Psicólogos fez um estudo sobre o stress escolar e com este estudo conseguiu chegar à conclusão de que 6 alunos numa turma de 30, em média, sofrem com problemas relacionados com a saúde psicológica. Quando o aluno começa a desenvolver estes problemas, o ensino secundário torna-se mais difícil ainda. Como se não bastasse trabalhar para o equilíbrio emocional e psicológico, ainda tem que o relacionar com a sua vida escolar. Enquanto tenta controlar a sua ansiedade, por exemplo, também tem que trabalhar noite e dia para um sucesso escolar. A meu ver, esta situação, infelizmente, ou nos leva a um esgotamento nervoso ou ao insucesso, no pior dos casos até nos pode levar aos dois.

Mas nem tudo é horrível. Quando passamos para uma escola secundária também nos são dadas mais liberdade e autonomia, o que ajuda a formar as nossas mentes. Felizmente, aqui as aulas são mais calmas e, grande parte das vezes, o ambiente de turma é mais saudável.

Concluindo, não podemos fugir às dificuldades do ensino secundário. Temos de aprender a lidar com as nossas emoções e com a vida escolar, e cada um tem a sua maneira de o fazer. Quer seja encontrando um hobby, convivendo com os amigos ou falando com alguém... Temos, primeiro que tudo, de pôr o foco em nós mesmos e na nossa saúde. Mentalizando-nos, por fim, de que apesar de a escola ser muito importante, existem outras coisas igualmente importantes, como a nossa família e os nossos amigos.



Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

AP ESMAVC

Campolide
Junta de Freguesia

Associação de Pais da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

DEPÓSITO LEGAL: 345006/12